



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

TCEduc

Intensificadas ações de educação
continuada nos municípios

Celeridade

Número de julgamentos em 2017
aumenta em 85%

REVISTA

CIDADÃ



EMPOSSADOS

PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE,
CORREGEDOR E OUVIDOR
DO TCE CEARÁ

BIÊNIO 2018/2019



ÉTICA

RESPONSABILIDADE DE TODOS



AUDITORIAS DO TRIBUNAL

AUDITORIAS DO TRIBUNAL

AUDITORIAS DO TRIBUNAL

AUDITORIAS DO TRIBUNAL

AUDIT DO TRI

REVISTA

CIDADÃ

Confira todas as edições

tce.ce.gov.br/comunicacao/revista-control-cidadao



O poder de fiscalizar na palma da sua mão



Baixe agora o aplicativo e envie manifestações sobre problemas relacionados ao mau uso dos recursos públicos estaduais.

O TCE Ceará conectado ao cidadão
Siga as nossas mídias sociais, participe e fique informado

- facebook.com/tceceara
- twitter.com/tceceara
- youtube.com/tceceara
- (85) 9 8969.3544

COMPOSIÇÃO ATUAL

COMPOSIÇÃO ATUAL

PRESIDENTE

Edilberto Carlos Pontes Lima

VICE-PRESIDENTE

Rholden Botelho de Queiroz

CORREGEDOR

José Valdomiro Távora de Castro Júnior

CONSELHEIROS

Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa

Soraia Thomaz Dias Victor

Patrícia Lúcia Saboya Ferreira Gomes

Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Itacir Todero

Paulo César de Souza

Davi Ferreira Gomes Barreto

David Santos Matos

Fernando Antônio Costa Lima Uchôa Júnior

Manassés Pedrosa Cavalcante

PROCURADOR-GERAL DE CONTAS

José Aécio Vasconcelos Filho

PROCURADORES DE CONTAS

Gleydson Antônio Pinheiro Alexandre

Eduardo Sousa Lemos

Leilyanne Brandão Feitosa

Júlio César Rôla Saraiva

Cláudia Patrícia Rodrigues Alves Cristino



EDILBERTO PONTES

Presidente do TCE Ceará

O TRIBUNAL DE CONTAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI: O DESAFIO DA RELEVÂNCIA

O desafio mais inquietante que as instituições enfrentam é manterem-se relevantes ao longo do tempo. É que a sociedade muda, o contexto em que a atuação se processa sofre alterações drásticas, pelo avanço da tecnologia, dos modos de interação entre as pessoas, das exigências para o setor público.

Nesse quadro, como posicionar-se como uma instituição inclusiva, que traga retornos sociais relevantes? Como adaptar-se de forma a não se tornar mero adorno, tomada pela irrelevância e insignificância? O desafio não é novo, Padre Antônio Vieira, já no século XVII, alertava para a diferença entre o título e a realidade, ao lembrar que sementeiro não necessariamente semeia, soldado não necessariamente peleja. Da mesma forma, órgão de controle não necessariamente controla. Controlar é como pelejar, é como semear. É verbo. É ação.

Nesse sentido, órgãos de controle que insistem em modelos formalistas, de auditorias intempestivas, de julgamentos intermináveis, de recursos sobre recursos, quase infinitos, até alcançarem a prescrição, estarão condenados à irrelevância. Farão a alegria e a festa de alguns, mas estarão fadados ao grupo de instituições extrativistas, malvistas, e sempre lembradas nas listas para a extinção.

O controle externo que gera valor para a sociedade é aquele afinado com os desafios contemporâneos. É o que evita desperdícios, o que contribui para reduzir substancialmente a corrupção, o que avalia as políticas públicas e oferece contribuições importantes para o debate político.

Para tanto, o Tribunal de Contas deve ter auditorias profundas e oportunas, a partir das mais modernas técnicas, e julgamentos tempestivos e justos. A tecnologia da informação, o uso de grandes bases de dados, da ciência de dados, da estatística, são instrumentos importantíssimos para identificar e prevenir padrões de fraudes e de irregularidades de toda ordem, além de uma ferramenta extremamente útil para a avaliação de políticas públicas.

Também importante, a instituição deve somar forças com outras instituições, na busca de sinergia para maior efetividade de sua atuação. Compartilhar dados, trocar informações, realizar operações em conjunto são imperativos. A atuação feudal, isolada, com relacionamentos meramente formais não são mais admitidas em um mundo que exige instituições eficazes.

O TCE do Ceará está fortemente imbuído desse espírito. A revista Cidadã traz uma boa amostra do trabalho que temos incessantemente desenvolvido no nosso desafio de sermos cada vez mais uma instituição inclusiva e relevante. E que presta contas do seu trabalho e se movimenta para aproximar-se do cidadão, que financia o seu funcionamento. Para tanto, busca se comunicar bem, utilizando todos os meios disponíveis, na convicção que o apoio e a compreensão da sociedade são fundamentais para o seu bom funcionamento.

É uma tarefa de todo o TCE. Em 2018, os desafios são enormes. A incorporação da função de fiscalização e julgamento de contas dos municípios traz oportunidades novas para aperfeiçoamento do controle, mas que não são triviais. Passos significativos já foram dados e, com firmeza e serenidade, serão continuados. Iniciaremos o programa de formação "O Auditor do Século XXI", fortemente focado nos requisitos e habilidades necessárias para a atuação em uma instituição de controle atualizada, relevante e inclusiva. Com servidores altamente qualificados e motivados, venceremos os enormes desafios. Vamos atualizar o regimento interno, afinando-o com as exigências de julgamentos mais ágeis e com a nova Lei Orgânica, cujo projeto foi enviado para a Assembleia Legislativa. O Sistema Ágora, de automatização de boa parte do processo de análise das prestações de contas estaduais, entrará em operação, permitindo maior celeridade e profundidade dos julgamentos. Muito mais será realizado. Vamos divulgar com máxima transparência ao longo do ano.

Espero que gostem do trabalho da Assessoria de Comunicação para produzir a Revista Cidadã. A equipe se dedicou bastante. Boa leitura!

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, flowing letters that appear to be 'E. Pontes'.

POSSE**PÁG.**
25

O presidente da Corte, conselheiro Edilberto Pontes, o vice-presidente, Rholden Queiroz, e o corregedor, Valdomiro Távora, foram reconduzidos aos cargos por mais dois anos. O conselheiro substituto Davi Barreto assumiu o cargo de ouvidor.

**FISCALIZAÇÃO**

7. Auditorias identificam indícios de acumulação ilícita de cargos

**MUNICÍPIOS**

15. TCE Ceará muda entendimento sobre prescrição de processos municipais

**SERVIÇO PÚBLICO**

46. TCE Debate sobre Concessões e Parceria Público-Privada

**CONTROLE CIDADÃO**

48. Combate à corrupção exige controle forte e sociedade participativa, diz Edilberto Pontes

**CIDADANIA**

56. III Encontro de Ouvidorias discute papel dos comunicadores

**ESCOLA DE CONTAS**

71. TCEduc promove capacitações nos municípios cearenses



As redes sociais e o setor público

O TCE Ceará quer a sociedade perto, como parceira na fiscalização dos recursos públicos. E um dos caminhos para estimular essa interação é através das redes sociais.

Atento às correntes e ondas que se formam neste mundo virtual, o Tribunal busca atender as demandas do cidadão, oferecendo serviços e informações claras e confiáveis nas mais diversas plataformas.

Algumas barreiras já foram ultrapassadas, mas essa aproximação deve ser contínua, proativa, divulgando ações, tanto fiscalizadoras quanto orientadoras.

Trabalhando com transparência, o Tribunal auxilia no combate às notícias falsas, as "fake news", e na busca pela informação oficial.





Para a Corte de Contas, que tem como missão ser a guardiã dos recursos públicos, contribuindo para o aprimoramento da governança e da gestão pública, estar presente nas redes sociais demonstra o interesse por uma relação mais próxima e pelo diálogo aberto, voltado ao bem comum.

Kelly de Castro
Coordenadora de Comunicação Social



ENVIE SUGESTÕES

Mande comentários ou mensagens para nossos canais de comunicação.

-  /tceceara
-  /tceceara
-  /tceceara
-  /tceceara

-  www.tce.ce.gov.br
-  comunicacao@tce.ce.gov.br
-  (85) 9 8969.3544
-  /tceceara



ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TCE CEARÁ

COORDENAÇÃO: KELLY DE CASTRO - 46162 MTB/DF |
DESIGN: JESSICA PEREIRA / J. CLÉCIO FARIAS / LILYANNE LEITÃO |
REDAÇÃO: GABRIELLA ANTUNES / LUÍS EDUARDO ALBUQUERQUE / CAROLINA MADEIRA / RAQUEL PALHANO |
ADMINISTRAÇÃO: KATYUCYA KAYATT |
ESTAGIÁRIAS: MICHELE MESQUITA / REBECA SILVEIRA |
TELEFONES: (85) 3488.5958 / 3488.5905 | IMPRESSÃO: APEX GRÁFICA - TIRAGEM - 2 MIL EXEMPLARES

SALVE VIDAS, SEJA DOADOR



R\$ 500 MI/ANO DE DANO AO ERÁRIO: CONSTATADOS INDÍCIOS DE ACÚMULO ILÍCITO DE CARGOS

Auditoria realizada pelo TCE Ceará identificou indícios de acumulação ilícita de 5.495 cargos de servidores nos municípios do Estado, capazes de gerar um prejuízo ao erário no valor de R\$ 494,4 milhões por ano. De acordo com a Gerência de Fiscalização de Pessoal, da Secretaria de Controle Externo, foi constatado um risco de que os entes auditados tenham considerado legal a investidura de servidor já ocupante anteriormente de cargo público inacumulável, seja pela natureza do vínculo ou pela incompatibilidade da carga horária.

O Tribunal visa, com essa auditoria, garantir a prestação de serviços eficientes ao cidadão, sem o prejuízo que pode ser causado com a sobrecarga de jornadas, ocasionada pela acumulação indevida de cargos públicos. Além do comprometimento da qualidade dos serviços, o TCE Ceará ressalta o dispêndio irregular de dinheiro público para o pagamento de servidores.

Segundo o Secretário de Controle Externo, Raimir Holanda, a fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará tem extrema relevância, tendo em vista que os sistemas de controle interno, muitas vezes, apresentam sérias

deficiências, notadamente pela falta de ferramentas efetivas de acesso a bases de dados funcionais nos diversos níveis federativos, capazes de viabilizar esse controle de vínculos e acumulação de cargos.

Nesta auditoria, como exemplo, o TCE Ceará constatou caso de servidor com 251 horas/semanais. Em auditoria anterior, na Secretaria da Saúde, tinha servidor com até 5 cargos, quando o máximo permitido por lei são dois, sem choque de horários.

De acordo com o art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, empregos e funções, excetuando, quando houver compatibilidade de horários, a acumulação de dois cargos de professor, de um cargo de professor com outro técnico ou científico e de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde com profissão regulamentada.

O texto constitucional trouxe, ainda, outras exceções. Em seu art. 38, inciso III, permitiu-se a acumulação remunerada de cargos públicos quando um deles for de vereador, mediante a verificação da compatibilidade da carga horária. Ainda nesse passo, nos art. 95, parágrafo único,

inciso I, e art. 128, §5º, inciso II, alínea "d", a Constituição Federal possibilitou aos magistrados e aos membros do Ministério Público a acumulação dos respectivos cargos apenas com outro de magistério.

Os Municípios cearenses foram selecionados, por critérios de materialidade, para serem auditados pela Gerência de Fiscalização de Pessoal, unidade técnica encarregada de desempenhar tal atribuição. A Auditoria de Conformidade que verifica indícios de irregularidades relacionadas ao acúmulo de cargos por parte de agentes públicos dos Municípios do Estado do Ceará está sob o processo nº 05437/2017-9.



TCE CEARÁ IDENTIFICA INDÍCIOS DE ACUMULAÇÃO ILÍCITA DE CARGOS NA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará identificou 737 servidores da Secretaria da Educação (Seduc) em suposta acumulação ilícita de cargos, empregos e funções públicos. Em análise preliminar, a Gerência de Fiscalização de Pessoal (GEFIP) do TCE Ceará aponta uma economia de **R\$ 15.942.946,37** por ano aos cofres da Administração Pública (em todos os níveis federativos).

Ofício à Secretaria da Educação do Estado foi encaminhado pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Edilberto Pontes, para que os indícios identificados sejam apurados e

as irregularidades apontadas sanadas.

De acordo com o secretário de Controle Externo, Raimir Holanda, a auditoria realizada na área de pessoal no âmbito da Seduc é relevante não só para a Administração Pública, ao evitar o dispêndio de recursos públicos para pagamento de remuneração dos servidores em situação de ilegalidade, mas também para toda a sociedade cearense. "A acumulação ilegal de cargos afeta negativamente a eficiência, a qualidade e a produtividade dos serviços públicos," disse Raimir Holanda.



Os indícios foram obtidos após cruzamento de informações constantes em bancos de dados do TCE Ceará. A auditoria de conformidade, que está sendo realizada pela GEFIP, verifica a legalidade quanto à acumulação de cargos, empregos e funções públicas, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

ÓRGÃOS DE CONTROLE ESTUDAM NOVAS REGRAS PARA REDUZIR CUSTO DO TRANSPORTE ESCOLAR E EVITAR SUPERFATURAMENTO

Depois de constatar em auditoria piloto um superfaturamento de mais de 24% (superior a R\$ 1,6 milhão) e variações de até 64% nos preços do quilômetro rodado, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará prepara a edição uma norma com novas regras para contratação, execução, acompanhamento e prestação de contas do serviço de transporte escolar por municípios.

A previsão é de que até o final de abril de 2018 uma minuta do documento seja concluída para então ser submetida à aprovação do Pleno da Corte. A coordenação dos trabalhos é do conselheiro Valdomiro Távora.

De acordo com a Gerência de Fiscalização de Convênios do órgão, responsável pela fiscalização, os requisitos a serem observados pelas prefeituras



teriam o objetivo de "conferir maior transparência, competitividade, uniformidade, economicidade, segurança, melhoria na

prestação dos serviços e maior controle dos processos que tratam da licitação, contratação e administração dos serviços”.

Entre diversas novas exigências que podem ser feitas para otimizar e racionalizar o transporte escolar, a unidade do TCE sugere, por exemplo, previsão de que o veículo seja rastreado e monitorado via satélite por GPS/GSM/GPRS; fixação de que a empresa contratada receberá mensalmente o valor equivalente ao serviço prestado levando-se em conta a apuração diária da quilometragem efetivamente rodada; e traçados das rotas e dos itinerários georreferenciados por GPS, com os respectivos pontos notáveis (início e fim do itinerário, pontos de embarque/

desembarque, pontos indicativos de mudança de pavimento de estradas, escolas de cada itinerário etc.).

A auditoria do TCE, que tramita no órgão sob o nº 05569/2017-4, foi realizada no período de 15 de maio a 1º de setembro de 2017 nos municípios de Boa Viagem e Marco, em conjunto com o TCU. O superfaturamento foi identificado em razão de rotas executadas com distâncias inferiores às contratadas, pagamento de rotas duplicadas e não efetivamente executadas e alteração do tipo de veículo que presta o serviço. O trabalho também possibilitou constatações como veículos superlotados, inadequados e que não atendem ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB); condutores que não cumprem exigências do CTB; projeto básico/termo de referência deficiente; e ausência de fiscal do contrato.

A ação também contou com a colaboração do TCE de Pernambuco, que já possui normativo com esse propósito, e com o apoio da Universidade Federal do Ceará, que por meio do Grupo de Pesquisa em Transporte, Trânsito e Meio Ambiente recebeu o material colhido em campo pelo TCE e promoveu estudos visando à racionalização e otimização das referidas amostras, objetivando

mais conforto aos alunos transportados, menor tempo de duração do percurso e diminuição do custo por quilômetro percorrido.

Para a definição dos municípios a serem auditados, as áreas de informações estratégicas do TCE e do TCU buscaram conhecer informações relativas à materialidade e ao risco, no intuito de criar critérios objetivos para sua mensuração. Nessa atividade, foram levantados os municípios com maiores valores contratados e quais empresas estavam sendo contratadas, com o objetivo de identificar aquelas que apresentavam maior risco de serem empresas sem capacidade operacional para executar os serviços. Em seguida, procurou-se conhecer os fatores extensão territorial, número de escolas e sua dispersão no território para os municípios pré-selecionados.

Após o levantamento de todas essas informações, o resultado foi apresentado às equipes de fiscalização para finalizar a definição dos municípios a serem auditados. Utilizando-se como critérios a existência de procedimentos licitatórios concluídos, empresa vencedora já contratada, transporte escolar em plena execução e realização de pagamentos decorrentes da execução do contrato de transporte escolar em 2017, apenas os municípios de Boa Viagem e Marco, à época, atendiam a tais critérios.



RELATÓRIO PRELIMINAR DE AUDITORIA NA SAÚDE RECOMENDA MELHORIA NOS SERVIÇOS HOSPITALARES

A Gerência de Análise Prévia de Editais e Fiscalização de Contratos, do TCE Ceará, concluiu 1º relatório preliminar de auditoria nos hospitais de média e alta complexidade do Estado.

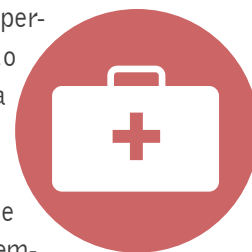
Principais achados informam que as boas práticas de gestão e melhor serviço à comunidade divergem nas respostas declaradas pelos gestores de modo expressivo em instrumento de avaliação (questionário). A unidade técnica de Controle Externo do TCE submete os autos à consideração

superior, sugerindo audiência dos gestores da Secretaria da Saúde (Sesa) e do Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar (ISGH), para que apresentem evidências que atendam os serviços com qualidade. Também solicitou a relação das medidas saneadoras, caso tenham sido implementadas.

O objetivo da auditoria foi identificar os pontos vulneráveis na gestão das unidades hospitalares, contribuindo para o planejamento das ações de controle

do Tribunal, de modo a induzir o processo de aperfeiçoamento da gestão da saúde.

Nos meses de agosto e setembro/2016, cinco unidades foram visitadas, na capital e interior do Estado. O processo nº 04809/2016-8 é de relatoria da conselheira Soraia Victor.



COLEGIADO FAZ RECOMENDAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA DE TI

A Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag) tem que apresentar ao TCE Ceará um modelo de gestão de Tecnologia da Informação do Estado, propondo adoção das medidas pertinentes à sua implantação, inclusive indicando eventual realização de concurso público para os quadros técnicos de TI, sob pena de aplicação da multa prevista em lei, dentre outras providências. A decisão ocorreu durante julgamento do processo de auditoria nº 07836/2009-6, de relatoria do conselheiro Valdomiro Távora.

Realizada pela Gerência de Fiscalização e Operação de Créditos Externos e Tecnologia da Informação, a auditoria

teve o objetivo de “obter informações acerca da situação da Governança de Tecnologia da Informação, para identificar corretamente o quê e como fiscalizar a gestão e o uso de TI pelos órgãos e entidades estaduais”.

Participaram da auditoria 58 órgãos/entidades da Administração Pública Estadual. O colegiado determinou que a Seplag supervisione a elaboração do Planejamento Estratégico de todos os órgãos do Poder Executivo estadual, os quais devem ser acompanhados quadrimestralmente e revisados anualmente pela Pasta.

Caberá ao órgão também

disseminar a cultura da segurança da informação e coordenar ações para implementar a Política de Segurança da Informação, dentre uma série de recomendações.

O Pleno autorizou a realização de novo processo pela Secretaria de Controle Externo, com o objetivo de verificar o cumprimento das determinações e recomendações, bem como que proceda atualização do questionário com base nos padrões (frameworks) de boas práticas mais atualizados.



TCE CEARÁ SUGERE MELHORIAS NO PROGRAMA CIDADES II



O Tribunal de Contas do Ceará, por meio da Gerência de Fiscalização de Operações de Crédito Externas e Tecnologia da Informação (Geceti), realizou Auditoria das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2016, no Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais do Ceará - Vale do Jaguaribe/Vale do Acaraú – Programa Cidades II, decorrente do Contrato de

Empréstimo nº 2826/OC-BR, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A equipe técnica do Tribunal destacou, em seu relatório, as seguintes deficiências: baixa execução financeira, condução das obras por região, contingências relativas à Tomada de Contas Especial, equipamentos adquiridos pelo Programa e desconformidades construtivas nos serviços medidos.

Também foram identificadas oportunidades de melhorias e

apontadas 16 recomendações, que serão revistas na próxima auditoria, durante o monitoramento do plano de ação a ser apresentado pela Secretaria das Cidades, por intermédio da Unidade de Gerenciamento de Projeto (UGP).

Esta foi a segunda auditoria realizada pelo TCE Ceará referente ao Cidades II. Os recursos, da ordem de US\$ 106.636.000, são destinados a obras e instrumentos de planejamento urbano e fortalecimento institucional.

TRIBUNAL DETERMINA À SEMACE QUE APRESENTE PLANO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

A Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) deve efetuar um minucioso planejamento de infraestrutura tecnológica, de forma a sustentar suas atividades de negócio e atender as necessidades atuais e futuras do órgão. A determinação foi feita pelo Tribunal de Contas do Ceará, a partir de relatório técnico segundo o qual a o órgão não estava fazendo uso do Software de Gerenciamento Eletrônico de Documentos.

A Auditoria verificou as entregas



resultantes da execução de Serviços de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), por meio do contrato 60/2013, celebrado entre a Semace e a Empresa Tecnologia Conhecimento e Informação S.A. (TCI BPO).

Caberá à Secretaria de Controle Externo monitorar o Plano de Ação apresentado com vistas à efetiva implantação da solução de Gerenciamento Eletrônico de Documentos na Semace, em novo processo a ser aberto com esta finalidade. A decisão sobre o processo nº 09674/2015-7, relatado pelo conselheiro substituto Itacir Todero, foi unânime.

TCE CEARÁ REALIZA AUDITORIA COORDENADA NA ÁREA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará, através da Gerência de Avaliação de Políticas Públicas, realizou Auditoria Coordenada dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Os trabalhos abrangem ações de controle relacionadas à regularidade de investimentos, contabilização de repasses, integridade de bases de dados cadastrais, bem como à avaliação da estrutura institucional e práticas de gestão dos RPPS. A Corte de Contas cearense traçou um panorama detalhado da situação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Ceará.

Os resultados consolidados no relatório de auditoria revelaram fragilidades que comprometem o desempenho do RPPS estadual. Entre elas estão a estruturação, governança e gestão da CPREV; emissão do certificado de regularidade previdenciária por via judicial; comprometimento da transparência das informações do regime e inexistência de controle interno; autonomia da unidade gestora; base cadastral sem todos os elementos mínimos necessários às avaliações atuariais anuais; inconsistências de dados dos segurados e dependentes; ausência de registro das reservas previdenciárias;

vulnerabilidades na disponibilização tempestiva das informações relativas à gestão dos investimentos; e rentabilidade inferior à meta prevista na Política de Investimentos (INPC + 4,5%).

Foi objeto de avaliação o Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará (Supsec), que engloba segurados dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e de outros órgãos com autonomia financeira (TCE Ceará, TCM-CE, PGJ e DPGE), gerido pela Secretaria do Planejamento e Gestão.

A iniciativa de realizar a auditoria coordenada para identificar fragilidades na Previdência Federal, Estaduais e Municipais partiu do Tribunal de Contas da União (TCU). O projeto contou com a parceria do Instituto R u i

Barbosa (IRB) e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), além do apoio técnico do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS).

A adesão do Tribunal de Contas do Ceará ao Acordo de Cooperação Técnica para realizar a auditoria coordenada ocorreu no final de 2015. Os trabalhos, incluindo planejamento e execução, foram realizados em 2016 e o relatório preliminar foi concluído em dezembro pela Gerência de Avaliação de Políticas Públicas.

O relator do processo nº 01721/2016-1 é o conselheiro Rholden Queiroz.



AUMENTA EM 85% O NÚMERO DE JULGAMENTOS EM 2017

Aumentou em 85% o número de processos julgados no TCE Ceará neste segundo trimestre de 2017, em comparação ao mesmo período do ano passado. De abril a junho, foram julgados 1.994 processos. No mesmo período do ano anterior, o total de julgamentos foi de 1.080. Se comparado o número de julgamentos do segundo trimestre de 2017 em relação aos três primeiros meses deste mesmo ano, houve um incremento de 22%. No semestre, o crescimento registrado este ano, em comparação ao mesmo período de 2016, foi de 77%.

Este ano, já foram julgados 3.623 processos, sendo 88 prestações de contas, 43 representações, 25 recursos e 3.380 atos de pessoal, entre outras espécies processuais.

Os dados mostram um crescimento expressivo no índice de produtividade em relação a 2016. Essa evolução no desempenho do TCE Ceará se

deve, entre outros fatores, à reforma administrativa realizada na Corte de Contas, em 2016, que tem garantido uma redistribuição da força de trabalho, maior agilidade e análise conjunta e sistemática de processos em unidades antes congestionadas, entre elas a de análise de atos de pessoal.

As alterações incluem a potencialização no uso de sistemas de acompanhamento e gerenciamento dos processos, com foco no aumento da produtividade do controle externo e celeridade na tramitação dos processos. A área de controle externo ganhou um reforço com a convocação de servidores aprovados no concurso realizado em 2015, fortalecendo ainda mais a atividade-fim do Tribunal.

De acordo com o presidente Edilberto Pontes, a tendência é que os dados sejam ainda superiores. "Com a implantação do

Sistema Ágora, o TCE Ceará conseguirá julgar as contas de gestão de forma célere e com mais qualidade. Vamos ganhar, também, informações, que poderão ser utilizadas em outras fiscalizações e ações de controle. Tenho certeza que dará frutos bem proveitosos para o Tribunal de Contas do Estado e para a sociedade cearense."





REDISTRIBUÍDOS PROCESSOS REFERENTES A RECURSOS MUNICIPAIS

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará realizou, dia 29/8, a distribuição de cerca de 17.592 processos dos municípios cearenses que tramitavam no extinto TCM-CE, referentes ao período compreendido entre os anos 2000 e 2017. Os 184 municípios cearenses foram divididos em 12 listas, por exercício, encaminhadas aos respectivos relatores, entre conselheiros e conselheiros substitutos, incluindo os três egressos do extinto TCM.

A redistribuição, por sorteio eletrônico, obedece aos princípios da equidade ou equilíbrio, de forma a equacionar os orçamentos fiscalizados, por exercício financeiro,

em relação aos relatores; da alternância, não recaindo ao mesmo relator processos do mesmo Município, relativos a exercícios seguidos; e ao da publicidade.

O TCE Ceará atende ao dispositivo da Emenda Constitucional 92/2017, que determina a aplicação do Regimento Interno e Lei Orgânica do TCM em processos de julgamentos de contas municipais até a publicação da nova Lei Orgânica do TCE Ceará.



FISCALIZAÇÕES NOS MUNICÍPIOS SÃO RETOMADAS

O TCE retomou em setembro a série de fiscalizações ordinárias nos municípios cearenses. As fiscalizações ocorreram em Acaraú, Fortaleza, Maracanaú, Russas, Jaguaribe, Aracoiaba, Mombaça, Deputado Irapuan Pinheiro, Irauçuba, Ipu, São Benedito e Banabuiú. O calendário de inspeções de 2017 foi finalizado em dezembro, com fiscalizações in loco nos municípios cearenses, paralisadas desde maio/17 pelo extinto TCM.

De acordo com o Presidente, as fiscalizações acontecem a partir

do gerenciamento de riscos, que identifica, de modo objetivo e impessoal, as áreas mais vulneráveis a irregularidades. "A preocupação central é evitar que o dano ocorra. O julgamento por irregularidade de contas é por vezes inevitável, mas é claramente resultado de um controle que chegou tarde."

As auditorias envolvem análise de orçamento, contabilidade, finanças e patrimônio, verificando, por exemplo, a comprovação da prestação de serviços, execução de obras públicas, despesas com pessoal e procedimentos de licitação.

A ação pode gerar a abertura de processos, diante de indícios de irregularidades, bem como subsidiar a análise de prestações de contas municipais, com a coleta de documentos e informações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO MUDA ENTENDIMENTO SOBRE PRESCRIÇÃO DE PROCESSOS MUNICIPAIS

O órgão plenário do Tribunal de Contas do Estado alterou o entendimento acerca da regra de prescrição antes aplicada pelo extinto Tribunal de Contas dos Municípios.

A partir de agora, o prazo para prescrição passa a ser contado 5 (cin-

co) anos após 28 de janeiro de 2014, data da publicação da Lei nº 15.516/2014, que alterou a Lei Orgânica do extinto TCM, incluindo dispositivo que versa sobre o instituto da prescrição. Com o novo entendimento, os processos relativos a recursos municipais só poderiam prescrever em 28 de janeiro de 2019. A decisão unânime dos conselheiros, tomada em 7/11, orientará os demais casos assemelhados.

Com base na leitura feita anteriormente da regra da prescrição pelo extinto TCM, 2.230 processos foram declarados prescritos. Isso significa que, declarada a prescrição de determinado processo, a Corte de Contas não poderia julgar os atos de gestão respectivos, aplicando sanções ou reconhecendo a regula-

ridade ou irregularidade de contas.

A mudança na compreensão sobre a prescrição pela Corte de Contas estadual acompanha diversos precedentes do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A decisão foi proferida durante análise do Processo nº 9874/09, que trata de Recurso de Reconsideração contra julgamento da Prestação de Contas de Gestão da Secretaria de Saúde do Município de Tauá, exercício de 2008, relatado pela conselheira Soraia Victor, quando de exame de questão preliminar ao julgamento de mérito de recurso. De acordo com a Conselheira relatora, caso seguisse o entendimento anterior, o processo já estaria prescrito desde março de 2017.



ACESSO A SISTEMAS E CONSULTAS

O acesso aos sistemas e informações referentes aos municípios cearenses está no portal eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, no menu "Municípios". Além da legislação, com todas as Instruções Normativas, Resoluções, Súmulas,

Lei Orgânica e Regimento Interno, a página disponibiliza consultas sobre relatorias e acompanhamento de processos, consultas técnicas, serviços do Sistema de Informações Municipais, documentação e programas e cadastro de gestores.

Os jurisdicionados também podem encontrar o Calendário das Obrigações Municipais, dados

sobre Contas de Governo e Contas de Gestão, além de orientações técnicas.



Saiba mais:
<http://municipios.tce.ce.gov.br/>



TCE ATRIBUI NOTAS A PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAIS

Os 368 portais de transparência das prefeituras e câmaras municipais do Ceará foram avaliados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e receberam, cada um, uma nota de zero a dez. Denominado Índice de Transparência Municipal (ITM), o levantamento tem como objetivo diagnosticar a qualidade desses canais de acordo com o cumprimento da legislação, principalmente a Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009) e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

As irregularidades identificadas, além de interferirem na pontuação do site, motivam a abertura de processos que, dependendo do resultado do julgamento, podem gerar recomendações, multas e desaprovação de contas. O resultado da análise, concluída em novembro, está disponível no site do órgão (www.tce.ce.gov.br) e será comunicado a todos os chefes de Executivo e Legislativo por meio de ofício circular.

Na fiscalização foram verificados

quase 40 requisitos, divididos em três grupos: endereço eletrônico; transparência da gestão fiscal; e acesso às demais informações. No primeiro, procurou-se saber se o endereço do portal segue o domínio padrão ("municipio".ce.gov.br) e se o link para acesso é de fácil localização.

Já na investigação da "transparência da gestão fiscal" foi conferido, por exemplo, se foram publicados unidade gestora, data e valor das despesas e receitas; identificação da pessoa física ou jurídica que recebeu o pagamento; licitações realizadas; descrição detalhada do bem ou serviço adquirido; origem de recursos; e valores arrecadados.

Nessa seção também foi examinada a ampla divulgação de plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária, relatório de gestão fiscal, relatório resumido da execução orçamentária e prestação de contas de governo com respectivo parecer.

A terceira e última série pesquisada

observou a existência de detalhamento de pessoal (nome do funcionário, vínculo, cargo, lotação, carga horária, remuneração e outras informações vinculadas); ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão; publicação atualizada da legislação municipal; e seção de "Perguntas mais frequentes".

O ITM é levantado periodicamente. A penúltima edição foi feita nos meses de fevereiro e março de 2016. Todavia, mensalmente, sem atribuição de notas, o TCE acompanha os portais municipais avaliando a obediência da publicação em tempo real e do padrão mínimo de qualidade, abrindo processos para apuração na Corte e comunicando ao Governo do Estado, considerando que as falhas nesses canais podem prejudicar a obtenção de recursos estaduais.



NOVEMBRO TEM O MENOR ÍNDICE DE PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA IRREGULARES

O mês de novembro foi, desde janeiro, o que teve a menor quantidade de portais de transparência municipais com alguma irregularidade. A fiscalização, feita pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, constatou que dos 368 sites de prefeituras e câmaras, 60 apresentaram falhas, correspondendo a um percentual de 16,3%.

O resultado seguiu uma sequência de redução iniciada em maio. Em abril, mês com maior índice de reprovações, 60,1% das páginas eletrônicas não atenderam algum requisito. Nos meses seguintes, a taxa passou, consecutivamente, para 51,9%, 46,5%, 38,6%, 27,4%, 17,4%, 17,7% e 16,3%.

Apenas de setembro para outubro, como se vê, houve um leve aumento, mas que representa apenas um portal em termos absolutos.

A cada mês de apuração, o TCE encaminha o resultado ao Governo do Estado, à Secretaria da Fazenda e à Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado, considerando que a situação de irregularidade pode comprometer a liberação de recursos estaduais aos entes infratores.

A inspeção mensal consiste na verificação do atendimento de exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual determina que a transparência deve ser

assegurada, também, mediante liberação, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, atendendo ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Decreto Federal nº 7.185/2010.

A LRF também impõe que deve ser dada ampla divulgação aos instrumentos de transparência da gestão fiscal, como os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

🔍	PREFEITURAS (P)	CÂMARAS (C)	P+C	
JANEIRO	101	96	197	53,5%
FEVEREIRO	39	79	118	32,1%
MARÇO	124	91	215	58,4%
ABRIL	120	101	221	60,1%
MAIO	102	89	191	51,9%
JUNHO	74	97	171	46,5%
JULHO	56	86	142	38,6%
AGOSTO	31	70	101	27,4%
SETEMBRO	11	53	64	17,4%
OUTUBRO	13	52	65	17,7%
NOVEMBRO	25	35	60	16,3%
TOTAL	696	849	1545	

SIM

SISTEMA DE
INFORMAÇÕES
MUNICIPAIS

APROVADAS REGRAS PARA PRESTAÇÕES DE CONTAS MUNICIPAIS 2018

O TCE Ceará divulgou, em dezembro/17, o Manual do Sistema de Informações Municipais (SIM) 2018, com orientações sobre o registro e envio das prestações de contas municipais. Dentre as mudanças, está a inclusão de dados sobre parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC), com a inserção de informações acerca dos processos de parceria, publicação de editais, membros de comissões, dotações utilizadas, etc.

Também foram feitas atualizações de tabelas de receitas, despesas, contratos e consórcios públicos e de tabelas auxiliares de padronização. Essa é a 19ª versão lançada do SIM, cujas modificações objetivam aprimorá-lo, bem como garantir maior integridade e segurança às informações armazenadas no banco de dados deste Sistema.

O SIM é responsável pelo recebimento de prestações de contas de Prefeituras

e Câmaras e alimenta o Portal da Transparência dos Municípios com dados de receitas, despesas, licitações, agentes públicos, estrutura administrativa, dentre outros.

O Manual do SIM pode ser acessado no Portal do TCE. Lá, estão informações e arquivos com a documentação do Sistema, programas (PGI - destinado ao envio dos arquivos básicos e de orçamento) e tabelas auxiliares disponíveis para "download".

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO PUBLICA RELATÓRIO ANALÍTICO SOBRE CADA MUNICÍPIO CEARENSE

Relatórios com a análise das receitas e despesas de cada um dos 184 municípios do Ceará foram disponibilizados pelo TCE Ceará em novembro. Os documentos estão no Portal da Transparência mantido pelo órgão e têm como principais objetivos auxiliar as administrações locais a promoverem o equilíbrio fiscal, por meio da racionalização de gastos e otimização da obtenção de receitas, bem como oferecer à sociedade uma leitura mais acessível do desempenho das gestões.

O Relatório de Acompanhamento Gerencial (Reage) traz números e gráficos que permitem, por

exemplo, comparar receitas previstas com receitas efetivamente arrecadadas, despesas fixadas com despesas executadas e áreas de atuação nas quais foram aplicadas; além de conhecer o grau de dependência de recursos estaduais e federais, a evolução de ingressos e pagamentos ao longo dos meses e anos e as modalidades de licitação mais adotadas para a compra de bens e contratação de serviços.

Há também partes específicas da publicação destinadas a avaliar se o município teve superávit ou déficit orçamentário, o montante gasto com pessoal e se este cumpre o limite determinado pela Lei

de Responsabilidade Fiscal (LRF), valores destinados a cada tipo de vínculo funcional (efetivos, comissionados, prestadores de serviços etc.), quantidade de agentes em cada área de atuação e quantias pagas a título de diárias.

Além desses números, o Reage expõe se o município cumpriu ou não o dever de prestar as contas mensais e se seu portal de transparência atendeu os requisitos mínimos de qualidade e a exigência de publicação em tempo real.



REVOGADA CAUTELAR SOBRE DESSALINIZAÇÃO DE ÁGUA MARINHA



O Tribunal de Contas do Estado do Ceará decidiu revogar Medida Cautelar que embargava o Edital de Chamamento Público de Manifestação de Interesse (nº 01/2017) realizado pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), para futura implantação de usina de

dessalinização de água do mar, a ser contratada em regime de Parceria Público-Privada.

O Pleno do Tribunal seguiu, em 4/7, entendimento da Gerência de Fiscalização de Desestatizações, pela revogação, desde que o edital seja publicado nos termos da minuta apresentada ao Tribunal de Contas. O processo nº 02496/2017-0 foi relatado pela conselheira Soraia Victor.

A Corte do TCE recomendou que a Cagece realize audiências e/ou consultas públicas prévias para debater com a sociedade civil as regras a serem utilizadas em futuros Procedimentos de Manifestação de Interesse; e que a Companhia publicasse o referido Edital também em língua inglesa, nos sítios eletrônicos

especializados, devido à relevância, complexidade e altos valores que estão envolvidos. Além disso, a Corte determinou que a unidade técnica competente realize monitoramento para se certificar se foram implementadas as medidas propostas pela Cagece.

“Os cumprimentos das determinações neste caso concreto, por parte da Cagece, demonstram a efetividade do controle concomitante por parte do TCE. Estamos atuando, cada vez mais, próximos do ato administrativo, dando celeridade às ações”, destacou Marcel Oliveira Albuquerque, chefe da Gerência de Fiscalização e Desestatizações da Corte, setor responsável pelo acompanhamento do processo.

PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA TÊM MONITORAMENTO CONTÍNUO

O TCE Ceará determinou à Secretaria de Controle Externo que faça o acompanhamento contínuo dos Portais da Transparência do Poder Executivo Estadual. A decisão visa avaliar o cumprimento das exigências legais de transparência e de acesso à informação, como determinam, respectivamente, a Lei Complementar nº 101/2000 e a

Lei nº 12.526/2011. Se necessário, será instaurado procedimento apropriado para apuração de possíveis inconsistências e responsabilidades.

A ação procedeu de Representação, de iniciativa de unidade técnica da Corte, com o objetivo de verificar o atendimento, por parte do Poder Executivo Estadual, quanto



Conselheiro Rholden Queiroz

à disponibilização de informações referentes à execução orçamentária e financeira no Portal da Transparência.

INABILITADO EX-COORDENADOR DE ESPORTES POR GRAVE INFRAÇÃO

O Tribunal inabilitou o coordenador de Esportes, gestão 2012, da Secretaria do Esporte do Estado do Ceará, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança dos órgãos da Administração Estadual por um período de cinco anos e aplicou multa no valor de R\$ 24 mil. A decisão foi tomada pela unanimidade do colegiado, dia 14/11, que considerou grave

a infração cometida pelo gestor à época. Também foram apenados com multas, de R\$ 10 mil e R\$ 5 mil, outros três gestores citados no processo de auditoria nº 11029/2012-0, de relatoria do conselheiro Valdomiro Távora. O relator do processo acolheu entendimento do conselheiro substituto Davi Barreto, após leitura do voto/vista.



Conselheiro Valdomiro Távora

REPROVADAS CONTAS E APLICADA MULTA A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAIPABA



Conselheiro Alexandre Figueiredo

A Segunda Câmara do TCE Ceará reprovou a prestação de contas da Câmara Municipal de Paraipaba relativa ao ano de 2015. As irregularidades motivaram a aplicação de R\$ 33,4 em multas e a devolução de R\$ 1.528,52 aos cofres municipais, valor ainda a ser atualizado. O julgamento foi realizado dia 28/2, sob a relatoria do

conselheiro Alexandre Figueiredo. Entre os fatos apontados no processo 101920/16 está a não apresentação, para fins de análise do órgão, da licitação nº 001/15-TP-CMP, que teve como objetivo contratar serviços de Contabilidade para o Legislativo Municipal.

EX-GESTOR DA INFRAESTRUTURA É MULTADO EM R\$ 24 MIL POR DESRESPEITO À LEI AMBIENTAL

Determinada pelo TCE Ceará a imposição de multa de R\$ 24,08 mil ao secretário da Infraestrutura/2013 pela não observação da legislação ambiental quando da licitação e contratação das obras de ampliação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Terminal de Múltiplo Uso (TMUT), bem como pela operação contínua do terminal por 16 meses sem Licença de Operação.

Representação da unidade técnica do TCE versa sobre possível ocorrência de atividades comerciais no TMUT sem a Licença, bem como sobre a ocorrência de licitação e contratação pela Seinfra. A decisão do colegiado aconteceu dia 6/6, ficando como relatora designada do Processo nº 05915/2013-2 a conselheira Soraia Victor.



Conselheira Soraia Victor

TRIBUNAL DESAPROVA CONTAS DE MARTINÓPOLE E APLICA R\$ 109 MIL EM MULTAS E DÉBITOS



Conselheira Patrícia Saboya

O Tribunal determinou a ex-gestores e agentes da Prefeitura de Martinópolis o pagamento de multas e a devolução de recursos públicos que somados atingem o valor de R\$ 109 mil. A imposição ocorre em virtude de irregularidades administrativas, contábeis e em obras e serviços de

engenharia apuradas na tomada de contas especial nº 1320/13, julgada pela Primeira Câmara da Corte dia 4/12. Além do pagamento das quantias, alguns dos apontados tiveram contas consideradas irregulares, o que pode comprometer o pleito a cargos públicos.



Conselheiro Substituto Davi Barreto

QUIXELÔ, MOMBAÇA E CATUNDA TÊM CONTAS DE GOVERNO REPROVADAS

Três prestações de contas de governo receberam do TCE Ceará, em 19/12, parecer prévio pela irregularidade. Foram as de 2011 do município de Quixelô e as de 2012 dos municípios de Mombaça e Catunda. Os prefeitos à época podem ficar impedidos de pleitear cargos públicos, a depender do julgamento das respectivas Câmaras Municipais, que só poderão contrariar o posicionamento do TCE por maioria de pelo menos dois terços de seus vereadores.



Conselheiro Substituto Itacir Todero

TOMADA DE CONTAS EM PINDORETAMA APURA DANO SUPERIOR A R\$ 67 MIL

Por unanimidade de votos, o pleno do TCE, em 12/12, converteu em Tomada de Contas Especial processo referente à construção de quadra coberta na unidade escolar Nair Vasconcelos, objeto do Convênio nº 063/2010, firmado entre a Secretaria da Educação e o município de Pindoretama, por possíveis irregularidades na obra. A decisão segue entendimento da unidade técnica de Controle Externo e do Ministério Público Especial junto a esta Corte, tendo em vista o dano apontado ao longo dos documentos destacados em relatórios, no valor de R\$ 67.410,00.



Conselheiro Substituto Paulo César

JULGADA IRREGULAR TOMADA DE CONTAS PARA OBRA DE PASSAGEM MOLHADA EM JAGUARIBE

Julgada irregular a Tomada de Contas Especial referente ao dano causado ao erário na aplicação de recursos repassados por meio do convênio nº 013/1994, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes, à época, e o Município de Jaguaribe. O convênio, no valor de R\$ 117.781,00, tinha como objeto a construção de uma passagem molhada na localidade de Malhada Doce. A Corte imputou o débito de R\$ 94.224,80, devidamente corrigido, ao então gestor e o declarou revel, por não utilizar seu direito de defesa.

ERNESTO SABOIA DESTACA INDICAÇÃO DO TCE CEARÁ PARA PROJETO NACIONAL DE BOA GOVERNANÇA

O conselheiro Ernesto Saboia destacou a seleção do TCE Ceará pelo Instituto Rui Barbosa para ser um dos 10 tribunais de contas do País a integrar projeto que visa implementar - a nível de União, estados e municípios - boas práticas de governança recomendadas pela Organização para a Cooperação

e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em áreas estratégicas como saúde e educação. Saboia esteve em Brasília no dia 8/3 para conhecer a iniciativa juntamente com o presidente da Corte, Edilberto Pontes, e com o secretário de Controle Externo, Raimir Holanda.



Conselheiro Ernesto Saboia



Conselheiro Substituto Fernando Uchôa

GESTORES DE BEBERIBE TERÃO QUE DEVOLVER VALOR DE ALUGUEL

Três gestores da cidade de Beberibe em 2013 terão que devolver R\$ 31.650,00 aos cofres municipais e serão multados em R\$ 11.832,00. A determinação foi dada por unanimidade na sessão da Segunda Câmara, em 11/10. O motivo da penalidade imposta foi o aluguel, naquele ano, de um imóvel com sobrepreço, para funcionamento de cinco órgãos da Prefeitura. O relator do caso, conselheiro substituto Fernando Uchôa, apurou que a pessoa locadora tinha parentesco próximo com um dos gestores envolvidos e não era proprietária do bem.



Conselheiro Substituto David Matos

TCE MULTA EX-SECRETÁRIA POR COMPRA DE LEITE COM QUALIDADE INFERIOR

A compra de 12 mil quilos de composto lácteo pela Secretaria de Educação da Prefeitura de Ubajara no ano de 2013 levou o Tribunal a aplicar as multas de R\$ 20.904,47 e de R\$ 3.944,24 à então secretária da pasta e à pregoeira, respectivamente. A Fiscalização do TCE concluiu que a referida aquisição, no valor de R\$ 129.911,60, descumpriu a exigência, prevista na licitação, de o produto ser leite integral. Também não constava do procedimento licitatório pesquisa de mercado que tivesse fundamentado a estimativa de custo da compra e servisse de parâmetro para o preço estipulado.



Conselheiro Substituto Manassés Pedrosa

TRIBUNAL HOMOLOGA CAUTELAR DE CERTAME SUPERIOR A R\$ 6,5 MILHÕES

Por unanimidade de votos, o pleno do TCE homologou, em 23/1, medida cautelar que suspende processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº. 274/2017, da Secretaria de Planejamento, Gestão e Orçamento do Município de Fortaleza, no valor de R\$ 6.566.400,00, em face de supostas irregularidades. O certame tem como objeto o registro de preços, visando futuras e eventuais contratações de pessoas jurídicas para a prestação de transporte terrestre de passageiros aos servidores, empregados e colaboradores, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, por meio de táxi e por demanda.



Procurador-Geral Aécio Vasconcelos

EX-PRESIDENTE DE FEDERAÇÃO ESPORTIVA DEVERÁ DEVOLVER MAIS DE R\$ 248 MIL

Ex-presidente da Federação Cearense de Beach Soccer foi condenado pelo TCE a devolver aos cofres estaduais R\$ 248,6 mil, a serem ainda atualizados monetariamente, e pagar multa

de 5% deste valor. As penalidades devem-se a irregularidades na aplicação de recursos que a entidade recebeu da Secretaria do Esporte para a realização do evento “Desafio da Praia”, em setembro de 2005. Os fatos foram analisados pela Fiscalização do TCE na tomada de contas especial nº 02043/2011-8, julgado pelo Pleno da Corte em 22/8/2017 seguindo parecer do procurador-geral Aécio Vasconcelos, do Ministério Público de

Contas junto ao TCE. Em seu parecer, o membro do MPC concluiu que “de um modo geral, a análise dos autos indica a fragilidade dos documentos acostados à prestação de contas do Convênio nº 057/2005, inaptos a demonstrar a efetiva utilização dos recursos públicos na realização do objeto pactuado, mostrando-se adequada a conclusão da unidade técnica quanto à irregularidade das contas”.



Procurador Júlio Saraiva

TCE DESAPROVA CONTAS DE URUOCA POR IRREGULARIDADES EM LICITAÇÕES PARA OBRAS

Um gestor e três integrantes da Comissão de Licitação da Prefeitura de Uruoca no exercício de 2012 foram multados em R\$ 11,4 mil pelo TCE devido a irregularidades em quatro licitações para obras. As falhas motivaram a desaprovação da prestação de contas de gestão nº 30483/12, julgada pela Primeira Câmara da Corte no dia 20/11/2017. Foram identificados problemas como ausência da composição do BDI e de todos os custos unitários. Em seu parecer, o procurador Júlio Saraiva, do Ministério Público junto ao TCE, salientou que “a exigência de apresentação do BDI é fator que objetiva aumentar a competitividade do certame, de forma a proporcionar maior economia nos contratos celebrados pela Administração” e que “como elemento definidor do preço total da contratação de obras de construção civil, é documento essencial à análise das propostas, sendo inadmissível sua inexistência na documentação da licitante contratada”.



Procuradora Cláudia Patrícia

PLENO SEGUE PARECER DO MPC E REJEITA RECURSO POR INTEMPESTIVIDADE

O Pleno do TCE rejeitou recurso de reconsideração interposto contra decisão da Primeira Câmara do então TCM que desaprovou as contas da Câmara Municipal de Maracanaú relativas ao exercício de 2012. As explicações e documentos que o então presidente do Legislativo apresentou na peça recursal não foram suficientes para esclarecer divergências entre saldos bancários constantes de extratos e balanço financeiro. A decisão plenária, tomada em 23/01/2018, seguiu parecer emitido pela procuradora Cláudia Patrícia, do Ministério Público de Contas junto à Corte. De acordo com a representante do MPC, “no presente caso verifica-se que o interessado foi devidamente intimado para ofertar justificativas” e que “resta clara, assim a preclusão temporal da pretensão do recorrente, em decorrência da perda do prazo para interposição do recurso”.



O CIDADÃO E O TCE CEARÁ

Juntos fiscalizando o uso dos recursos públicos.



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ



[youtube.com/tceceara](https://www.youtube.com/tceceara)



www.tce.ce.gov.br



(85) 9 8969.3544



[facebook.com/tceceara](https://www.facebook.com/tceceara)



[instagram.com/tceceara](https://www.instagram.com/tceceara)



[twitter.com/tceceara](https://www.twitter.com/tceceara)

EMPOSSADOS

*Presidente, Vice-Presidente, Corregedor e Ouvidor
do TCE Ceará – biênio 2018/2019*



Em sessão extraordinária e solene, realizada dia 9 de janeiro, o Plenário do Edifício 5 de Outubro, no Centro de Fortaleza, sediou a Posse dos Dirigentes do Tribunal de Contas do Estado do Ceará para o biênio 2018/2019. O presidente da Corte, conselheiro Edilberto Pontes, o vice-presidente, Rholden Queiroz e o corregedor, Valdomiro Távora, foram reconduzidos aos cargos por mais dois anos. O conselheiro substituto Davi Barreto assume a



função de ouvidor. A eleição foi realizada dia 12/12/17, por votação secreta. As leituras dos Termos de Posse foram realizadas pelo secretário-geral da Corte, Teni Cordeiro.

O conselheiro decano Alexandre Figueiredo procedeu a recondução do cargo de presidente ao conselheiro Edilberto Pontes. Coube a ele a fala inicial, direcionada às comunidades de controle externo, da administração pública e à sociedade cearense, enaltecendo a capacidade dos técnicos do TCE Ceará.

Já empossado, o presidente Edilberto Pontes iniciou seu discurso citando o livro de Eclesiastes (9:10): "Tudo quanto te vier à mão para fazer, faze-o conforme as tuas forças, porque na sepultura, para onde tu vais, não há obra nem projeto, nem conhecimento, nem sabedoria alguma". Pontes reforçou a necessidade de unir forças para continuar a fazer do TCE um órgão forte, respeitável e relevante para a sociedade. "Nada se faz sozinho, cada um coloca seu tijolo nessa construção, é obra coletiva formada por membros, servidores, auxiliares, colaboradores terceirizados, estagiários que contribuem para uma melhor instituição".

Durante a solenidade, o conselheiro Edilberto Pontes agradeceu a confiança do colegiado, que o elegeu para mais um biênio, e falou das expectativas para a nova gestão, fortalecendo a ideia de continuar a missão do "Tribunal de Contas do Século XXI", preocupado em prestar contas à sociedade, fazendo o uso de modernas técnicas de fiscalizações, otimizando os trabalhos, realizando aquisição de softwares e capacitações.

Citou, ainda, a abertura de novas frentes de trabalho com análise de concessões e contas de governo, visitas ao interior, aproximação da sociedade através de palestras, eventos e visitas guiadas, além de congressos internacionais. Também destacou o papel fundamental da Escola de Contas na capacitação de servidores, gestores e da sociedade, com cursos gratuitos, presenciais e a distância.

"É um desafio muito grande. Ano passado assumimos a fiscalização municipal, e esse é o nosso desafio agora: que a fiscalização nos municípios seja efetiva, forte. Temos muita confiança de que isso vai se consolidar nos próximos dois anos", ressaltou. O conselheiro também destacou que pretende dar mais agilidade

aos julgamentos das contas com utilização do "Sistema Ágora". "Queremos evitar a desadministração, mas quando ela ocorre as sanções são aplicadas. Meu respeito, agradecimento e reconhecimento aos servidores, que são verdadeiros pilares desta Corte, e aos meios de comunicação, que mostram à sociedade as nossas ações.

O prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, desejou sucesso aos empossados e avaliou satisfatoriamente as diretrizes adotadas pelo Tribunal de Contas do Estado. "O presidente reeleito, Edilberto Pontes, é homem de perfil e de formação técnica, que tem atribuído ao Tribunal muita responsabilidade em tratar os gastos públicos com mais eficiência, com mais qualidade, adotando uma postura para além da fiscalização, também se preocupando em educar, em informar, em trabalhar junto com os poderes que executam os recursos públicos. Ele fez um grande primeiro mandado, uniu o Poder e não tenho dúvida de que tem todas as razões, agora com ainda mais experiência, para fazer um trabalho que deixe um legado importante para este Tribunal", declarou o Prefeito, acrescentando a importância das novas funções acumuladas pela



instituição a partir do segundo semestre do ano passado. “Esta nova missão inclui não somente a fiscalização de órgãos e poderes do Estado, como os poderes legislativos e executivos dos municípios. Certamente, o papel deste Tribunal ganha em responsabilidade e em grandiosidade. Juntos, temos que nos responsabilizar não só em gastar o recurso público correta e legalmente, mas com eficiência”, pontuou.

A governadora do Estado do Ceará em exercício, Izolda Cela, apostou em uma gestão ainda mais promissora ao longo do biênio em curso. “Nós sabemos que a gestão pública precisa avançar ainda mais, tanto em relação à regularidade, quanto eficiência e probidade. O TCE tem essa importante presença de controle social. A expectativa é de que possamos seguir progredindo e agregando equipes diante de processos avançados”, finalizou.

Segundo o presidente do TJCE, Gladyson Pontes, “é necessária essa interlocução entre as instituições para o bom andamento dos trabalhos. A sociedade ganha com mais celeridade e transparência”, afirmou o Desembargador.





Ernesto Saboia completa colegiado do TCE Ceará

Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior completou, em 12/12/17, a composição do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Em sessão extraordinária no Gabinete da Presidência da Corte, o presidente Edilberto Pontes deu posse ao novo conselheiro, indicado pela Assembleia Legislativa e nomeado pelo governador Camilo Santana.

“O conselheiro Ernesto Saboia traz em sua bagagem uma experiência de julgar contas municipais, de atuar como conselheiro, uma pessoa que lida no dia a dia das contas públicas. Isso mostra que o Tribunal estará cada vez mais forte tecnicamente. É uma satisfação o Tribunal ter uma pessoa com esse perfil técnico para completar a composição de sete conselheiros”, ressaltou Edilberto Pontes.

“Chego com muita humildade no sentido de dar uma contribuição para que esse Tribunal seja cada vez mais forte e trazendo uma



expertise na área de contas municipais. Entendo que o Tribunal deve caminhar para que as coisas aconteçam e não para simples punição

depois do ocorrido. Esse é o grande desafio dos Tribunais de Contas modernos. O TCE é, e vai continuar sendo, refratário às questões políticas”, declarou Ernesto Saboia.

O Termo de Posse foi lavrado pelo secretário-geral, Teni Cordeiro. Completaram o colegiado os conselheiros Rholden Queiroz (vice-presidente), Valdomiro Távora (corregedor), Alexandre Figueiredo, Soraia Victor, Patrícia Saboya, os conselheiros substitutos Itacir Todero (ouvidor), Davi Barreto, Paulo César de Souza, Fernando Uchôa e David Santos. Prestigiaram o momento os procuradores de Contas, Cláudia Patrícia Rodrigues e Júlio César Saraiva, e servidores da Casa.



Davi Barreto assume cargo de Conselheiro Substituto

Davi Ferreira Gomes Barreto foi empossado no cargo de conselheiro substituto (auditor) do TCE Ceará. A sessão extraordinária de posse foi realizada dia 3/7, pelo presidente Edilberto Pontes. “É uma alegria empossar o conselheiro substituto Davi Barreto, referência na área de controle externo. Sei que vai somar e prestar grande contribuição a esta Corte de Contas”, ressaltou o Presidente.

O Termo de Posse foi lavrado pelo secretário-geral da Corte, Teni Cordeiro. A solenidade contou com a presença dos conselheiros Rholden Queiroz, Valdomiro Távora, Soraia Victor, Patrícia Saboya, dos conselheiros substitutos Itacir Todero e Paulo César de Souza, e do procurador-geral do Ministério Público junto a esta Corte, Aécio Vasconcelos. Prestigiaram o momento servidores de Gabinetes e o

pai do empossado, Pierre Barreto, representando a família.

Davi Barreto foi aprovado em primeiro lugar no Concurso Público realizado em 2015, quando o TCE Ceará fez a seleção para provimento dos cargos de Procurador de Contas, Conselheiro Substituto (Auditor), Analistas de Controle Externo e Técnicos de Controle Externo.

“Hoje é um dia muito feliz, em que continuo a minha carreira de

controle externo, saindo de uma instituição extremamente relevante, como é o TCU, e entrando em outra tão relevante quanto, o TCE Ceará, agora com uma função diferente. Espero contribuir bastante para o Estado, no controle externo, trazendo um pouco dos conhecimentos adquiridos e, ao mesmo tempo, aprendendo muito com o colegiado dos Conselheiros, cada um com sua experiência. Estou aqui para dar o melhor de mim”, relatou Davi Barreto.



“Combater a corrupção é uma atividade contínua e desafiadora.”

Vivi toda minha infância e adolescência em Fortaleza. Aos 18 anos, fui para São José dos Campos (SP) cursar engenharia eletrônica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Em São Paulo, trabalhei em empresas de consultoria. Foi lá que conheci minha esposa, Carolina, que, por uma feliz coincidência, também é cearense. Em 2007, ingressei no TCU, em Brasília, cidade onde também ministrei aulas de auditoria em cursos preparatórios e publiquei dois livros sobre essa disciplina. Depois de alguns anos, realizei o sonho de muitos cearenses e voltei pra casa, onde assumi a gestão da Secretaria Regional do TCU no Ceará (Secex-CE). Agora, como conselheiro substituto do TCE, dou um novo passo em minha carreira. É um momento extremamente feliz para mim e para a minha família.”



EXPERIÊNCIAS - Apesar da graduação em engenharia, nunca tive uma atuação forte na área. Trabalhei em empresas de consultoria de gestão, envolvendo, principalmente, conhecimentos econômico-financeiros, contábeis e de administração. Participei de projetos em diversas áreas e indústrias no Brasil e no exterior: otimização operacional em empresa de gás (MG), criação de modelos econômico-financeiros para empresa de suco de laranja (SP) e para empresa de refrigerantes, em Angola, além da definição de estratégia de inovação em empresa de calçados de âmbito nacional.

MISSÃO - Depois de dez anos atuando no Controle Externo no TCU, assumo o desafio de integrar o corpo de julgadores do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Estou consciente da dimensão da responsabilidade e da complexidade das atribuições do cargo de

Conselheiro Substituto. Acredito que a experiência de auditor federal pode me ajudar a desempenhar essa nova missão e contribuir para o aperfeiçoamento contínuo desta instituição.

GOVERNANÇA - Esse é o grande desafio: atuar na causa primária do problema. Chega de atuarmos nas consequências. Quanto melhor nossa atuação nos momentos iniciais, mais efetivo será o papel de controle para a sociedade.

TRANSPARÊNCIA - Permitir que os cidadãos tenham acesso a dados tempestivos e de qualidade sobre a conformidade e o desempenho das atividades estatais, permite que governos, órgãos e agentes públicos possam ser cobrados pela correta aplicação dos recursos públicos. A sociedade precisa saber como o dinheiro dos seus impostos é aplicado e qual o real retorno que os

diversos serviços públicos efetivamente proporcionam.

MOMENTO - O Brasil vive um momento singular. Ao mesmo tempo em que passa por uma grave crise política e econômica, com uma descrença cada vez maior da população nas organizações públicas, o país tem a oportunidade de reescrever a sua história e seguir em uma direção que aponte para o desenvolvimento econômico e social.

COMBATE À CORRUPÇÃO - A corrupção na aplicação de recursos públicos é uma mazela que atinge todos os países, em maior ou menor grau. Suas consequências são extremamente danosas pois afetam, principalmente, os mais humildes. Não existe solução mágica para o problema. Combater a corrupção é uma atividade contínua e desafiadora. É uma guerra que o país deve travar ao longo dos anos.

PRESTAÇÕES DE CONTAS ESTADUAIS SERÃO FEITAS PELO SISTEMA ÁGORA

Otimização de resultados e redução de custos. Estes são os principais benefícios do Sistema Ágora, de automatização dos procedimentos de análise dos processos de prestação de contas estaduais, que começará a ser operado em março deste ano, pelo TCE.

Em 22 de janeiro foi realizado encontro para apresentação do Sistema Ágora, no Plenário do Edifício 5 de Outubro. O evento reuniu mais de 250 representantes de órgãos e entidades estaduais jurisdicionados. Já em fevereiro, o TCE promoveu uma série de treinamentos voltada a apresentar a estrutura e funcionalidades do sistema aos servidores da Corte de Contas e gestores.

Além das capacitações, foram disponibilizados materiais aos usuários do Ágora no portal institucional do TCE e no próprio sistema, contendo vídeo tutorial com as funcionalidades e um manual.

Para o presidente Edilberto Pontes, "mais que velocidade, o Ágora permitirá atingir o mais alto patamar de informações disponíveis para que sejam utilizadas no controle das mesmas. Essas informações agora estarão consolidadas".

Durante o ano de 2017, o projeto passou por várias fases de implementação, que envolveram o diagnóstico e mapeamento dos fluxos atuais de análise das

prestações de contas estaduais; redesenho dos fluxos; desenvolvimento do sistema de informação; reuniões de acompanhamento e monitoramentos das ações.

As atividades contaram com a atuação de servidores da Secretaria de Controle Externo e da Secretaria de Tecnologia da Informação, e dos consultores da Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., empresa responsável pelos serviços de consultoria para a automatização dos processos de prestação de contas.

O Ágora entrará em funcionamento este ano, recebendo as contas de gestão estaduais.



APROVADO COM RESSALVAS PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DE GOVERNO – EXERCÍCIO 2016

O TCE Ceará aprovou com ressalvas o Parecer Prévio das Contas do Governador Camilo Santana – Exercício 2016. Os dados consolidados foram apresentados pela relatora do processo nº 01918/2017-5, conselheira Patrícia Saboya, durante sessão extraordinária dia 29/5, após análise do relatório técnico elaborado pela Gerência de Contas e parecer do Ministério Público junto ao TCE.

Segundo a relatora, em 2016, o Estado teve algumas receitas atípicas que ajudaram nos resultados, entre elas R\$ 1,5 bilhão de créditos extraordinários, envolvendo recursos da repatriação, arrecadação de impostos e a utilização dos depósitos judiciais, com certeza contribuíram com os

bons números do Estado.

“Devido a complexidade da matéria, existem situações que precisam ser aperfeiçoadas. Foram várias recomendações em função de ressalvas identificadas ao longo da análise, que estão a exigir cumprimento de alguns dispositivos normativos, além de ocorrências que exigem medidas de ajustes e controle para viabilizar o exame e propiciar qualidade aos dados.”

De acordo com o Relatório, a Balança Comercial cearense manteve a trajetória de saldo negativo dos últimos anos, apresentando um saldo comercial negativo de US\$ 2,19 bilhões e um valor corrente de comércio,

dada pela soma do valor total das exportações e importações, de US\$ 4,78 bilhões, tendo as exportações apresentado um total de US\$ 1,29 bilhão e as importações, por sua vez, totalizado o valor de US\$ 3,49 bilhões. Quanto à arrecadação total das receitas brutas tributárias estaduais, o Estado do Ceará apresentou um valor de R\$ 13.365 milhões, representando um acréscimo nominal de 13,22% em relação ao exercício de 2015.

No dia 14/9, a Assembleia Legislativa do Ceará aprovou decreto legislativo, de autoria da Comissão de Orçamento e Finanças, que trata das contas de 2016 do governador Camilo Santana e da vice Izolda Cela.



Mais informações acesse aqui:
<https://goo.gl/7LjXFh>



CONSELHEIRO ERNESTO SABOIA VAI RELATAR AS CONTAS DE GOVERNO – EXERCÍCIO 2017



Na primeira sessão plenária de 2018 do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, dia 16/1, foi definido como relator das Contas do Governador do Estado, Camilo Santana, referente ao exercício 2017 o conselheiro Ernesto Saboia.

A definição do relator das Contas do Governador do Estado relativas ao exercício anterior acontece na primeira sessão ordinária de cada ano, entre os conselheiros, atendendo ao Artigo 85, do Regimento Interno do TCE Ceará.

O Parecer Prévio das Contas

anuais do Governador do Estado é de competência deste Tribunal, órgão de controle externo, disposto no Art. 42 da Lei Orgânica. O Governador tem 60 dias, a contar do início dos trabalhos do Poder Legislativo, para enviar a prestação de contas ao TCE, contendo o balanço geral da gestão e o relatório técnico da Controladoria.

Já o Tribunal tem 60 dias corridos, a partir do recebimento, para encaminhar o Parecer Prévio desta Corte para que a Assembleia Legislativa do Ceará faça o julgamento das contas do governador referentes ao exercício 2017.

Nessa mesma sessão, durante expediente, foram aprovadas pelo colegiado e distribuídas entre conselheiros e conselheiros substitutos as listas das prestações de contas anuais estaduais (art. 85, II, §4º) exercício 2018, por pastas (órgãos/entidades/fundos), bem como definidos os relatores dos processos dos municípios cearenses, para o mesmo exercício.



Distribuição das Prestações de Contas Anuais Estaduais por Relator
<https://goo.gl/pBo1N3>



Distribuição dos Processos dos Municípios Cearenses por Relator
<https://goo.gl/kksgmU>



Distribuição dos Processos dos Municípios Cearenses por Cidades
<https://goo.gl/6Vjith>



TRIBUNAL DE CONTAS TEM OBSERVATÓRIO DA DESPESA PÚBLICA



Produzir informações que possam subsidiar e acelerar a tomada de decisões estratégicas, por meio do monitoramento dos gastos públicos. Este é o objetivo do Observatório da Despesa Pública (ODP), metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará. “Trata-se de uma atuação do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), que realiza análise de dados e disponibiliza os resultados

para que o controle interno faça sua atuação”, explicou o chefe da Assessoria de Informações Estratégicas da Corte cearense, Alexandre Silva.

Para se integrar ao Observatório, o TCE Ceará atendeu a uma série de requisitos. Foi montada uma estrutura adequada, com espaço físico e servidores capacitados.

“Teremos acesso a uma metodologia validada pela CGU, compartilhamento de informações e boas práticas a serem adotadas pela Corte de Contas”, ressalta Alexandre Silva.

O acompanhamento dos trabalhos é realizado sistematicamente,

por meio de monitoramento a distância. Periodicamente, são realizadas visitas às regiões que aplicam a metodologia da ODP.

De iniciativa da CGU, a metodologia envolveu os controles internos estaduais e, em 2016, houve uma grande expansão para os Tribunais de Contas brasileiros.

Em Julho/17, toda a equipe da Assessoria de Informações Estratégicas recebeu treinamento, em Brasília. Agora, Os Tribunais de Contas brasileiros que adotaram a metodologia, estão desenvolvendo projetos, com a temática Compras, para apresentarem em abril de 2018.

ATRICON CERTIFICA O TCE CEARÁ COM A DECLARAÇÃO DA GARANTIA DE QUALIDADE

O TCE Ceará recebeu, dia 25/8, a Declaração da Garantia de Qualidade – Marco de Medição de Desempenho dos TCs/2017. O documento foi entregue ao presidente Edilberto Pontes pelo conselheiro Sebastião Ranna (TCE-ES) e pelo conselheiro substituto Pedro Aurélio (TCE-AP), que parabenizaram a Corte de Contas do Estado. “O TCE Ceará foi muito bem avaliado. Fiquei muito feliz e impressionado positivamente. Já tínhamos uma expectativa positiva, mas ela foi superada”, destacou Sebastião Ranna.

Das boas práticas apontadas, destacam-se a área de informações estratégicas, que apresentou um avanço significativo em relação à avaliação anterior; a área de auditoria operacional, que mostrou-se eficiente na organização e alinhamento com as boas práticas internacionais; e a organização das evidências que, segundo a comitativa da Atricon, foi excelente, minuciosamente documentada, facilitando os trabalhos da comissão de garantia.

O documento declara que a aplicação do MMD-TC foi aderente



aos parâmetros adotados pela Atricon e que o resultado dos indicadores de desempenho espelham a situação do TCE Ceará. A visita técnica da Atricon foi realizada nos dias 21 e 22/8. Além de Sebastião Ranna e de Pedro Aurélio, estavam os servidores Roberto Tenório (TCE-BA) e Rômulo Lins (TCE-PE).

FINANÇAS PÚBLICAS, TRANSPARÊNCIA E ÉTICA

NO IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO FINANCEIRO

“Este evento nos proporcionou momentos ricos e proveitosos para um despertar maior sobre o direito financeiro”, ressaltou o presidente do TCE Ceará, Edilberto Pontes, anfitrião e um dos organizadores do IV Congresso Internacional, que teve como tema central **Novas Fronteiras do Direito Financeiro**. O evento foi realizado no TCE Ceará, dias 8 e 9/6, com transmissão ao vivo pela internet.

Temas relevantes como orçamento público, finanças, teto dos gastos, Lei de Responsabilidade Fiscal e a dificuldade de suas implementações, transparência

e o impacto que isso causa, ética na gestão foram abordados com especialistas de Portugal, da Espanha, de universidades brasileiras, Ministros e Conselheiros de Tribunais de Contas, profissionais e estudantes. Na programação, palestras com renomados profissionais, apresentações de trabalhos científicos, lançamento de livro e homenagens.

Na mesa de honra estavam o presidente Edilberto Pontes; a vice-governadora do Estado do Ceará, Izolda Cela; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Zezinho Albuquerque; o ministro do TCU e patrono do evento, Benjamin Zymler; o procurador do Ministério

Público de Contas do TCE Ceará, Aécio Vasconcelos; o vice-presidente da Corte de Contas dos Municípios (TCM-CE), Manoel Veras; e os homenageados Marcus Abraham, desembargador do TRF da 2ª Região; Ronaldo Chadid, vice-presidente do TCE/MS; Thiers Montebello, presidente do TCM/RJ; e Francisco Pedro Jucá, juiz Federal do Trabalho do TRT da 2ª região.

A palestra de abertura foi sobre o combate à corrupção e as competências dos Tribunais de Contas. A mesa foi composta pelo ministro do TCU, Benjamin Zymler; o professor Catedrático da Universidade de Direito da Faculdade de Lisboa,



Eduardo Vera-Cruz Pinto; e o juiz do TRT-SP, Francisco Pedro Jucá. "O Brasil precisa desesperadamente de cidadania fiscal e o Ceará está oferecendo esta oportunidade, com a realização do Congresso", apontou o Juiz. O momento teve como mediador José Sebastião de Oliveira, pós-Doutor em Direito da Universidade de Lisboa.

"O Tribunal está enfrentando um grande desafio, de desvendar para a sociedade e para o parlamento o que ocorreu nos contratos da Petrobras com empreiteiras envolvidas na Lava Jato. Na palestra, mostramos

métodos matemáticos para o equacionamento dessas questões. O cartel ocorre em diversas áreas e essa é uma chance de mostrar como o TCU está agindo", destacou o Ministro Benjamin Zymler.

Na segunda parte do primeiro dia, palestraram Marcus Abraham, Desembargador do TRF 2ª Região; o presidente do TCE/MA, Ribamar Caldas Furtado; e o ministro substituto do TCU, Weder de Oliveira. A mediação ficou a cargo do presidente do TCE/RN, Antônio Gilberto de Oliveira Jales. Direito financeiro, orçamento,

controle, ética e responsabilidade fiscal foram postos em pauta.

A última mesa de palestras teve como mediador o conselheiro Sebastião Helvécio (TCEMG), presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB). Explanaram o Prof. Dr. de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo, Régis Fernandes de Oliveira, sobre Gastos Públicos; e Juan Fernando Durán Alba, professor de Direito Constitucional na Espanha, que falou sobre estado de direito e fiscalização financeira dos partidos políticos por parte dos órgãos de controle.



DESAFIOS, CONQUISTAS E EFEITOS DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS EM DEBATE

A primeira mesa de debate prevista na programação do segundo dia do Congresso Internacional foi mediada pelo professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Eduardo Vera-Cruz Pinto. Palestraram o presidente do TCE Ceará, Edilberto Pontes, sobre “Novo Regime Fiscal: Desafios da Implementação”; Hugo de Brito Machado Segundo, professor adjunto de Direito da UFC, com o tema “EC 95/2016 e o teto dos gastos públicos”; João Ricardo Catarino, da Universidade de Lisboa, sobre “Autonomia e Interdependência em espaços de Integração Financeira: Efeitos orçamentais na Europa da União Econômica e Monetária; e o ministro do STJ, Raul Araújo Filho, com o tema “Mercosul: Integração Financeira e Orçamentária”.

Na tarde da tarde, foi formada uma grande mesa de discussão sobre dívida pública, controle externo, transparência, responsabilidade fiscal encerrou a programação do Congresso Internacional de Direito Financeiro. Os conselheiros Sebastião Helvécio (TCEMG), presidente do Instituto Rui Barbosa; e Inaldo Paixão, do TCE da Bahia; a Professora Doutora Denise Lucena (UFC) e o auditor fiscal do Rio Grande do Sul, Roberto Kupski (Febrafite) deram uma aula sobre cada tópico, sob a mediação

do juiz Francisco Pedro Jucá.

Para os participantes, o Congresso resultou em grandes ensinamentos. “O 4º Congresso Internacional de Direito Financeiro foi altamente produtivo, enriquecedor e esclarecedor diante do que foram todos os temas abordados pelos palestrantes”, ressaltou a advogada Germana Girão, assistente técnica do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza.

O anfitrião do evento, presidente Edilberto Pontes, ressaltou a importância do debate e agradeceu aos palestrantes e congressistas pela presença. Aproveitou a ocasião para declarar formalmente a reinstalação da Sociedade Brasileira de Direito Financeiro.

O evento foi realizado conjuntamente pelos Tribunais de Contas do Ceará e do Mato Grosso do Sul, Instituto Rui Barbosa e a Sociedade Paulista de Direito Financeiro. Teve o patrocínio do Governo do Estado, PforR e Bradesco; e o apoio da Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf), Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo (Ajuferjes), Fadisp, Núcleo de Estudos em Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento da Uerj (Nefit) e Ajufe (Associação dos Juizes Federais).



APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS SELECIONADOS

Os trabalhos científicos selecionados pela comissão organizadora do evento abriram o segundo dia do IV Congresso Internacional de Direito Financeiro. "A missão constitucional do orçamento público na efetiva tutela dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia" foi o artigo apresentado por Francisco Gilney Bezerra de Carvalho Ferreira.

"A norma implícita de orçamento na concretização de direitos fundamentais

sociais" foi o tema do artigo de Michel André Bezerra Lima Gradvohl, que também lançou o livro "Direito Constitucional Financeiro".

Antônio Felipe Rodrigues, auditor membro do TCE de Santa Catarina, professor da Universidade Federal de Santa Catarina e mestre em Economia pela mesma universidade, fez a apresentação do trabalho "O impacto do Fundo de Participação dos Municípios

dos governos locais de Santa Catarina", feito em coparticipação com Sílvio Sallum e Edimeia Schnitler.

Os três artigos selecionados corresponderam à média das notas atribuídas pelos avaliadores da comissão organizadora. Os trabalhos classificados seguiram três linhas de pesquisa: Finanças e governabilidade; Finanças e controle e/ou Finanças e democracia.



Gilney Bezerra



Michel Gradvohl



Felipe Rodrigues



Confira a galeria completa do evento:

1º dia - <https://goo.gl/8pN1g2>

2º dia - <https://goo.gl/5xvpAA>



PARTICIPANTES DO CONGRESSO INTERNACIONAL DEFENDEM PENAS MAIS SEVERAS PARA CORRUPOTOS



Gestores de órgãos de controle, que participaram do Congresso Internacional sobre Combate à Corrupção: Atuação dos Tribunais de Contas e do Ministério Público, disseram que a falta de penalidades mais severas para os infratores é um dos obstáculos ao enfrentamento da prática delituosa. O evento, que aconteceu dia 29/9 no TCE Ceará, foi realizado pela Corte de Contas juntamente com o Ministério Público do Estado e suas respectivas escolas de gestão.

Na discussão, o presidente do TCE, conselheiro Edilberto Pontes, defendeu que as penalidades pecuniárias para quem comete essas irregularidades devem ser maiores, de acordo com cada tipo de crime, pois as pessoas estão avaliando o custo-benefício da corrupção. "Quando alguém pensa em fazer algum ato de corrupção, avalia que a probabilidade de

ser punido é menor do que o ganho, chegando à conclusão de que vale a pena."

"Há uma dificuldade severa na aplicação de algumas penalidades", disse o procurador-geral

“Leis ruins, fracas e ultrapassadas são um pontapé para a corrupção”

Edilberto Pontes,
presidente do TCE Ceará

de Justiça do Estado do Ceará, Plácido Rios. Para ele, além de alguns recursos que por muitas vezes protelam as penalidades, há penas que não funcionam. O membro do Ministério Público citou como exemplo a pena de corrupção, que varia de 2 a 12 anos mas que na grande

maioria dos casos chega a apenas 4 anos, podendo, ainda, ser substituída por penas restritivas de direito, conforme autorização do Código Penal. Assim, "há quem cometa ato extremamente danoso à sociedade e saia da situação acreditando que o crime compensa", frisou.

O presidente do TCE declarou que "leis ruins, fracas e ultrapassadas são um pontapé para a corrupção", ressaltando a necessidade de normas que permitam uma atuação mais firme dos órgãos de controle. "Temos formalmente os órgãos de controle atuando, mas eles não dispõem dos meios devidos. O número de auditores é muito pequeno. O Ministério Público também tem um número muito aquém do que deveria ser. Assim não se consegue atuar de forma mais efetiva", destacou.

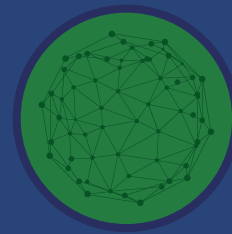
Na mesma linha, o promotor de Justiça Eloilson Landim,

integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), defendeu que “é preciso desenvolver práticas de convencimento do indivíduo de que ele vai perder mais do que ganhar na prática da corrupção”.

Pela manhã, as discussões ocorreram em dois painéis, que contaram com a presença da vice-procuradora geral de Justiça do Estado, Vanja Fontenele, do promotor de Justiça e diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará (ESMP), Manuel Pinheiro Freitas, e do procurador federal da República da Argentina, Carlos Rivolo.

Os participantes debateram sobre formas de combate à prática de crimes de corrupção, entre elas a atuação conjunta e preventiva dos órgãos de controle, seu fortalecimento, reforma política, fiscalização eleitoral e aprimoramento do processo penal.

“As instituições precisam atuar de forma integrada no combate à corrupção. É imprescindível a cooperação entre órgãos do setor público, a participação da sociedade e o uso de tecnologia. Eventos como o de hoje contribuem bastante para o controle externo”, declarou o conselheiro Valdomiro Távora.



**INTELIGÊNCIA
ANALÍTICA**

X

CORRUPÇÃO

Os painéis da tarde foram voltados a analisar as estratégias para desenvolver a atuação dos tribunais de contas. O primeiro tema “Atuação Preventiva dos Tribunais de Contas nos desvios de recursos públicos” foi debatido pelo conselheiro do TCE do Rio Grande do Sul, César Miola; pelo secretário da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura do TCU, Rafael Jardim Cavalcanti; pelo professor e advogado especialista em Direito Administrativo da Colômbia, Camilo Ospina Bernal e pelo pesquisador Sérgio Cortêz. O vice-presidente do TCE Ceará, conselheiro Rholden Queiroz, presidiu os trabalhos.

Por meio de teleconferência, Camilo Ospina Bernal realizou uma análise das práticas de combate à corrupção nos países da América do Sul. O conselheiro César Miola abordou o desenvolvimento das atividades dos tribunais de contas, fazendo um breve histórico do controle externo desde a Constituição federal de 1988, e apresentou alguns casos de sucesso no TCE do Rio Grande do Sul.

Rafael Jardim abordou os desafios dos órgãos de controle em realizar ações efetivas e que consigam mitigar as situações de corrupção. “Combater a corrupção é prevenir, detectar e responsabilizar, é um tripé que os tribunais de contas devem seguir”, avaliou. Já Sérgio Cortêz discutiu como a tecnologia pode ser usada na prevenção e combate de fraudes.

O uso da tecnologia na investigação da corrupção permaneceu nas discussões da tarde, sendo o tema do quarto e último painel. Contou com a presença do chefe da Assessoria de Informações Estratégicas do TCE Ceará, José Alexandre Fonseca da Silva, e do técnico do Statistical Analysis System Institute (SAS), Jhonatan Ferreira, tendo como moderador da mesa, Juliano Stuque Castro, gerente de negócios para o setor público do SAS.

Na oportunidade, foram mostrados resultados do levantamento feito pelo Tribunal sobre acumulação ilícita de cargos, empregos ou funções públicas, ou com incompatibilidade de carga horária com a iniciativa privada, por agentes públicos.



MUDANÇAS e DESAFIOS DA AGENDA SUSTENTÁVEL DO PAÍS

Avaliar as mudanças e os desafios que o Brasil precisa enfrentar para alinhar-se aos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esse foi um dos objetivos do VII Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade, realizado dias 30/11 e 1º/12, no Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Segundo o presidente da Corte e anfitrião do evento, conselheiro Edilberto Pontes, o conceito de sustentabilidade está diretamente ligado ao pensamento de que o mundo só será bom se assim o for para si mesmo e para o outro, sendo entendidas as atuais e futuras gerações. Para ele, as instituições precisam ter o cuidado de serem inclusivas, e não extrativistas, quando custam mais do que colaboram para a sociedade.

O presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público, Juarez Freitas, alertou para a necessidade da urgente extinção dos veículos à combustão. Freitas alertou que a poluição já matou mais de 7 milhões de pessoas, sendo causa maior de mortes do que todas as guerras juntas. Ele defende que o Brasil acelere na transição dessa modalidade e citou exemplos como França e Reino Unido, que já decidiram pelo fim de transportes à



combustão até 2040.

Weder de Oliveira, ministro substituto do TCU, apresentou auditoria feita pelo órgão, que buscou apurar como está a preparação do governo brasileiro para implementar os objetivos de desenvolvimento sustentável. O trabalho detectou problemas de coordenação e desalinhamentos em determinadas políticas em execução, que caminham em sentidos opostos. A corregedora do TCE-PI, Lilian Martins, coordenou trabalho de produção de um modelo de Plano de Logística Sustentável dos Tribunais de Contas, ao lado

dos auditores Lucine Batista e Hamifrancey Menezes.

A procuradora da Fazenda Nacional e Professora da UFC, Denise Lucena, apresentou o seu livro "Políticas públicas, tributação e energia solar", feito em coordenação com Paulo Caliendo. Ao final, o presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público, Juarez Freitas, fez um balanço do Congresso. "Gostaria de agradecer ao presidente do TCE Ceará, conselheiro Edilberto Pontes, e a toda equipe desta Corte de Contas pela realização do evento. Esse foi realmente

um Congresso memorável".

Juarez também informou que o próximo Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade, em 2018, será em Curitiba (PR). Em seguida, foram realizadas as apresentações dos oito trabalhos científicos aprovados. O VII Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade é uma realização do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, do Instituto Rui Barbosa (IRB), Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público (IBRAEDP).

PRÊMIO JOASEIRO



Em homenagem aos defensores da causa fazendária cearense, foi entregue, durante o evento, o Prêmio Joaseiro. A honraria faz parte de um programa institucional da Auditece, que visa destacar o mérito de profissionais ligados ao fisco estadual cearense por ações bem-sucedidas. Coube ao diretor executivo da Auditece, Juracy Braga Soares Júnior, entregar o prêmio aos agraciados, ambos na categoria Notório Saber, prof. Dra Denise Lucena e prof. dr. Juarez Freitas.



“A legislação e o Judiciário precisam se modernizar para lidar com os novos conceitos de sustentabilidade.”

Roberto Carvalho Veloso, presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil.



“Do que adianta fazer economia daquilo que não vai funcionar depois, ou daquilo que é tóxico. O menor preço deve ser considerado de acordo com aquilo que atenda as diretrizes de sustentabilidade.”

Tereza Villac, Advogada da União.



“Se atuamos numa economia que é danosa para o meio ambiente ou para a sociedade, nós precisamos ter um olhar sistêmico dessa decisão, e hoje isso não acontece.”

Luciana Betiol, professora da Escola de Administração de Empresas da FGV/SP.



“Os Tribunais de Contas têm uma missão fundamental para dar efetividade às questões da sustentabilidade.”

Sebastião Helvecio, Conselheiro do TCEMG.



“As Cortes de Contas podem fazer muito pelo controle ambiental, passando a atuar, por exemplo, no controle da concessão de licenças ambientais.”

Júlio Assis Correia Pinheiro, Conselheiro do TCE-AM.



“A sustentabilidade traz um impacto direto no Direito Administrativo, na medida em que torna necessário o estabelecimento de novas imposições ao gestor público.”

Sérgio Guerra, professor da Escola de Direito da FGV/RJ.



“Os Tribunais de Contas precisam de independência para que possam contribuir com o desenvolvimento sustentável.”

Rafael Moreira, Juiz Federal.



“Devemos estar atentos às normas que regulam os deveres de vigilância e prevenção de riscos das indústrias extrativistas.”

Júlia Motte Baumvol, Professora da Universidade de Paris V.



“A água deve ser tratada como bem social, pois é objeto de direitos fundamentais relacionados à subsistência, à saúde e a serviços públicos essenciais de abastecimento.”

Denise Schmitt, professora da Universidade do Vale do Itajaí



“Considero muito importante as Cortes de Contas verificarem, durante análise das contas, a adesão das administrações públicas aos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda da ONU.”

Sabrina Locken, Conselheira Substituta do TCE-SC.



“Não adianta apenas produzir novas normas sobre sustentabilidade, é necessário motivar e inserir as empresas nesse contexto para que os objetivos sejam atingidos.”

João Luís Nogueira Matias, Juiz Federal.



“É relevante analisar o nível de aplicabilidade das leis para a efetiva proteção do patrimônio ambiental.”

Júlio César Garcia, professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.



“Devemos propor instrumentos jurídicos para a proteção dos recursos marinhos possibilitando, por exemplo, a criação de unidades de conservação na costa cearense.”

Tarin Mont Alverne, professora da Universidade Federal do Ceará.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL + COMPROMISSO COM A DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Como acabar com os lixões e realizar a destinação final dos resíduos sólidos da forma correta. Estas e outras questões foram esclarecidas durante o Seminário de Orientação Técnica sobre Resíduos Sólidos, iniciativa da Escola de Gestão do TCE Ceará, o Instituto Plácido Castelo (IPC). O encontro foi aberto pelo conselheiro decano, Alexandre Figueiredo, diretor-presidente do IPC, e reuniu cerca de 150 representantes de entidades, gestores e servidores públicos municipais cearenses, dia 24/11, no plenário do Edifício 5 de Outubro.

A ação teve como objetivo promover um ambiente de troca de conhecimento, através de palestras e debates entre os agentes de controle e gestores públicos, para o melhor desempenho de suas funções. A palestra magna, sobre "Gestão Integrada de Resíduos Sólidos", foi proferida pelo engenheiro civil e Doutor em Saúde Pública, Alceu de Castro Galvão Júnior, analista da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce), que apresentou números dos gastos pagos pela quantidade de lixões e o conjunto de ações que os Tribunais de Contas realizam na área de resíduos sólidos.

De forma interativa, Alceu Galvão disponibilizou enquetes online para que a plateia

apontasse onde estão as principais falhas e como solucioná-las para que o lixo tenha seu destino final descartado da forma correta. Os servidores também conheceram as ações do Ministério Público, com incentivos por meio de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), desde a construção de obras, fechamento de lixões, educação ambiental e uma série de metas para melhorar os efeitos desse problema que atinge cada um dos habitantes.

Um grande debate foi aberto com a presença da promotora de Justiça, Jacqueline Faustino, que coordena o Centro de Apoio Operacional de Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Urbanismo, Paisagismo e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (Caomace); do prefeito de Forquilha e presidente do Consórcio Municipal para a Destinação Final de Resíduos Sólidos (Comderes), Gerlasio Loiola, que apontou a "falta de comprometimento dos administradores públicos como grande problema na destinação adequada dos resíduos"; do presidente da Associação dos Gestores Ambientais do Ceará (Agace), José Eraldo Oliveira (para ele, "os gestores pecam na falta de apoio a organizações de catadores, através de cooperativas, e no dever de casa, o que compromete a saúde pública"); e da secretária-executiva



do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace), Maria Dias, ressaltando que "coleta seletiva e educação são as saídas para amenizar os problemas dos lixões".

Durante o evento, foi realizado um minicurso sobre Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos, com os analistas de Controle Externo do TCE Ceará, Arielton Fonteles de Araújo e Nikael de Carvalho Almeida.

TCE CEARÁ INSTALA USINA DE ENERGIA LIMPA E RENOVÁVEL

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará é o primeiro órgão público estadual a instalar um sistema de energia fotovoltaico. São 112 painéis solares, de 270 Watts cada, fixados na sede do TCE Ceará, no centro de Fortaleza. Com a instalação desses equipamentos, o TCE, que utiliza 139.134 kWh/mês, reduzirá o seu consumo em 3,2%. A potência de geração da usina é de 30 KWp (quilowatts pico).

Além de compensar parte da eletricidade que consome através de geração própria, a energia elétrica gerada pelo sistema solar fotovoltaico no prédio do TCE Ceará evitará a emissão de 36 toneladas de dióxido de carbono (CO2) por ano na atmosfera. Considerando a vida útil do sistema, superior a 25 anos, um

total de 900 toneladas de CO2 deixarão de ser emitidas.

Todos os dados sobre o sistema de geração de energia, potência gerada, a redução na emissão de CO2 poderão ser monitorados online pelo Tribunal. De acordo com o presidente do TCE Ceará, Edilberto Pontes, a adoção de energia limpa e renovável no Tribunal é uma ação significativa.

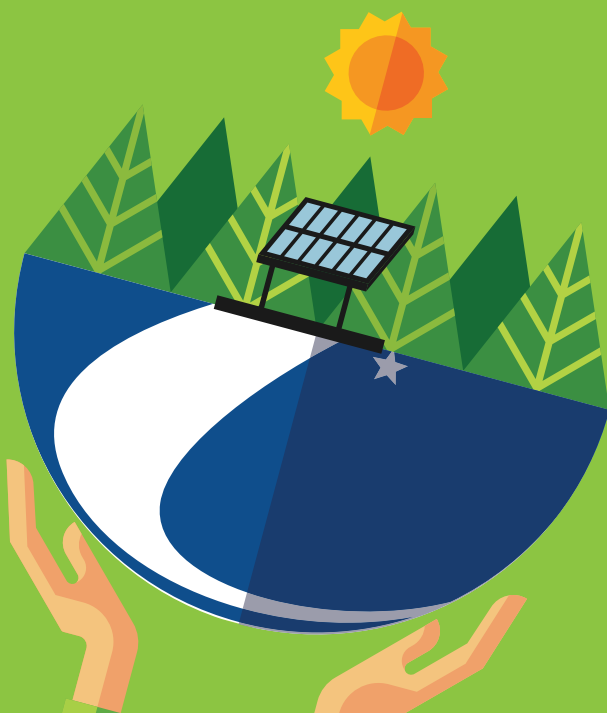
A expectativa é de que o órgão passe a funcionar com maiores proporções de energia renovável ao longo deste ano. Na expansão do sistema, estima-se que seja gerada energia excedente, possibilitando uma entrega à distribuidora de energia local. O valor do investimento, realizado juntamente com a empresa cearense Sunlight Energy, foi em torno de R\$ 194 mil.

MOVIMENTO PRÓ-ÁRVORE VISITA TRIBUNAL

O presidente e fundador do Movimento Pró-Árvore, Antônio Sérgio Farias Castro, e o cooperador do grupo, Jonh Alley Gurgel, estiveram dia 4/5, no TCE Ceará, onde foram recebidos pelo presidente Edilberto Pontes e pelo diretor de Controle Especializado, Carlos Nascimento.

A vinda dos gestores ao TCE visa estreitar laços e dar continuidade ao processo de conscientização para a necessidade corretiva de procedimentos técnicos ambientais que venham a resultar em intervenções assertivas. Reflorestamento, visitas a órgãos públicos, participação em audiências estaduais e municipais, questionamentos a determinadas medidas governamentais estão entre as principais ações realizadas. "Temos uma atuação bem ampla na área do meio ambiente, de maneira geral. A taxonomia (classificação) de plantas, por exemplo, é fundamental para que obras do estado tenham mais eficácia, pois o que nós constatamos na prática é que muitas vezes há erros acumulados que não deveriam acontecer, mas acontecem por puro desconhecimento. Não há competência técnica para aquela intervenção," resume Sérgio Farias.

Pró-árvore - movimento voluntário da sociedade civil que envolve advogados, engenheiros, agrônomos e demais pessoas comuns em prol da arborização e do respeito à natureza na cidade de Fortaleza e do Ceará, sem limite de atuação.



Definir e garantir a transparência na comunicação acerca do andamento dos projetos (site: www.ppi.gov.br ou www.tcecear.gov.br);
 Analisar e atualizar as informações dos projetos qualificados no PPI continuamente atualizados.



“CONCESSÕES E PPPS DEVEM GARANTIR UM SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE”

“É preciso que todos conheçam mais sobre concessões e PPPs. Não vejo outra forma de prover infraestrutura no País, e melhorar a qualidade do serviço público, sem contar com essas parcerias.” A declaração foi feita pelo secretário especial do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), da Secretaria-Geral da Presidência da República, Adalberto Santos de Vasconcelos,

convidado para ministrar palestra sobre “Os principais desafios para as concessões e para as PPPs no Brasil” na sétima edição do TCE Debate, dia 18/8, no auditório do TCE Ceará.

Para Adalberto Santos de Vasconcelos, o principal desafio é quebrar paradigmas de que PPP e concessão são contratações de obra

pública. “O Estado e as empresas contratam a prestação de serviços. Para o sucesso de um projeto, são necessários projetos bem estruturados, estudos consistentes, parcerias com os Tribunais de Contas e interação direta com os investidores e negociadores”, relatou.

“Privatização é um tema da ordem do dia. O Tribunal de Contas tem

DESENVOLVIMENTO PASSA POR UMA SOCIEDADE ATENTA E PELA PUNIÇÃO DOS CORRUPOTOS

“Transparência, sociedade ativa e a existência de instituições fortes, independentes e eficazes”. De acordo com o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, conselheiro Edilberto Pontes, estes são os três grandes pilares para combater a corrupção no Brasil e no mundo. As evidências foram apontadas durante a realização do VIII TCE Debate, dia 8/12, no plenário lotado do Edifício 5 de Outubro.

O Conselheiro citou a Lei da Transparência no favorecimento ao combate a tal crime, “a partir do momento em que toda sociedade pode acessar, de forma online, os portais da transparência e colaborar com esse controle”.

O encontro aconteceu na semana em que se celebra o Dia Internacional Contra a Corrupção. A discussão, realizada

em conjunto com a Controladoria-Geral da União no Ceará, reuniu outros dois órgãos para debater o tema: o Ministério Público Federal e a Justiça Federal no Ceará. O superintendente da CGU-CE, Roberto Vieira Medeiros, destacou os avanços no combate à corrupção, desde a assinatura da data, há 14 anos.

O procurador-chefe do MPF-CE,

um papel-chave em promover essa discussão, para orientar e dizer o que pode e o que não pode ser feito, e cumprir o seu papel constitucional de zelar pelo erário para que os serviços públicos possam ter a melhor qualidade possível”, declarou o idealizador do projeto, presidente da Corte de Contas, Edilberto Pontes.

O tema foi debatido pelo superintendente de Negócios de Atacado e Governo do Banco do Nordeste, Helton Chagas Mendes, e pelo secretário do Planejamento e Gestão do Governo do Estado, Francisco Maia Júnior, que ressaltou os benefícios das concessões para o Estado. “Não podemos olhar a entrada de capital privado no investimento público visando apenas a questão financeira. É importante mesclar a entrada de recursos financeiros novos, por conta dessa outorgas, com a qualidade dos serviços que estão sendo ofertados à população ou, até mesmo, serviços que nem são”, disse. Já Helton Chagas destacou a

necessidade da garantia da segurança jurídica para a efetividade das parcerias.

O evento, aberto à sociedade, teve participação efetiva do público. Valmiki Sampaio de Albuquerque Neto, servidor da Cagece, definiu a palestra como esclarecedora. “Havia entre os palestrantes uma harmonia que conduz a uma mesma ideia, de uma mesma tendência de pensamento”, resume.

A primeira edição do TCE Debate aconteceu em novembro de 2014. Já participaram, como palestrantes, o doutor em Economia, Marcos Mendes, com o tema “Por que o Brasil cresce pouco? Desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro”; o escritor e Ph.D. em Economia, Raul Velloso, com a palestra “Finanças Públicas: O Desafio dos Estados”; o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, que falou sobre

“Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais”; o Ministro da Corte de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler, palestrando sobre “Lei Anticorrupção, Acordos de Leniência e os Tribunais de Contas”; o Presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público, Prof. Dr. Juarez Freitas, que debateu sobre “Tribunal de Contas e Desenvolvimento Sustentável”; e o Prof. Dr. Francisco Pedro Jucá, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo (TRT-SP), sobre “Gestão Financeira: Controle Jurídico e Governabilidade”.



Rômulo Moreira Conrado, citou a intolerância com a qual tratamos os atos de corrupção e deu graças à democracia pela existência de instrumentos para que a corrupção seja combatida. Para Rômulo Moreira, alguns dos fatores que favorecem a corrupção são o foro privilegiado, a interferência política e a falta de instrumentos normativos. “A corrupção não é crime de sangue, mas mata quando desvia recursos da saúde, da educação.”

Em sua palestra, o juiz Danilo Fontenelle Sampaio, da Justiça Federal no Ceará, apresentou



o tema “Corrupção – causas e efeitos”, apontando os tipos de corrupções mais praticados: Administrativa, Política, Mercantil e Judicial. “Trata-se de um sentimento individualista com prejuízo coletivo. A imprensa e

os Tribunais fortes estão fazendo tal crime virar coisa do passado. O que presenciamos é que não se corrompe por necessidade, mas por opção, desejo desenfreado por coisas materiais”.

Combate à corrupção exige controle forte e sociedade participativa, diz Edilberto Pontes



“O combate à corrupção passa pela elevação dos índices de governança, por controles fortes, autônomos e independentes, e por uma sociedade participativa, com interesse genuíno na transparência e no controle social.” A declaração foi feita pelo presidente do TCE Ceará, Edilberto Pontes, na abertura do Projeto Transparência na Gestão Pública – Controle Cidadão, dia 12/5, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, em Maracanaú, Região Metropolitana de Fortaleza.

“Estamos aqui para mostrar, na prática, como funciona o Tribunal de Contas e quais os mecanismos podem ser utilizados para garantir a correta aplicação dos recursos

públicos,” disse o Presidente. Durante o projeto, desenvolvido ao longo de 2017, casos concretos de fiscalização foram apresentados pelos especialistas em controle externo do TCE.

A coordenação do projeto foi feita pelos professores Marcelo Lettieri e Marcelo Maciel, que incentivaram e mediaram debates com os participantes após os documentários “A corrupção no Brasil e no Mundo e O papel das Instituições Brasileiras no Combate à Corrupção”, “O Poder Legislativo e a Fiscalização do Dinheiro Público e A Atuação do Tribunal de Contas do Estado do Ceará” e “A Transparência na Gestão Pública e O Controle Social no Brasil”.

Desenvolvido pelo Tribunal de Contas, em parceria com a Fundação Demócrito Rocha (FDR), o projeto levou o Tribunal ao interior, a fim de estimular um debate qualificado sobre transparência e combate à corrupção.

Para o presidente da FDR, João Dummar Neto, a parceria com o Tribunal de Contas é enriquecedora ao buscar a promoção do bem social. “O TCE tem confiado e acredito que esse projeto seja essencial para a sociedade.”

Cada participante recebeu um kit com os seis fascículos do projeto Transparência na Gestão Pública – Controle Cidadão.



Maracanaú

Em Maracanaú, prestigiaram o encontro, além de servidores públicos e da sociedade civil, o conselheiro Valdomiro Távora, corregedor do TCE; o prefeito de Maracanaú, Firmo de Castro; o vereador Júlio César Costa Lima; Guto Mota, representando a União dos Vereadores do Ceará (UVC); e o diretor-geral do UFCE, Júlio César da Costa Silva, entre outras autoridades.



Quixadá

Quixadá, no sertão central cearense, sediou o segundo seminário, dia 23/6, no Instituto Federal de Educação. “A Transparência é um princípio basilar da democracia. Temos que participar”, ressaltou o diretor do IFCE Campus Quixadá, professor Hélder Caldas. O prefeito do Município, Ilário Marques, destacou o prazer em sediar o encontro. Foi um dia de debates enriquecedores sobre o papel do Tribunal de Contas do Ceará e a importância do controle social para a boa aplicação dos recursos públicos.





Tauá

Mais de trezentas pessoas lotaram o auditório da Universidade Estadual do Ceará, em Tauá, sertão cearense de Inhamuns, para participar da terceira concertação social do Programa Transparência na Gestão Pública – Controle Cidadão, dia 24/8. O prefeito de Tauá, Carlos Windson Cavalcante Mota, ressaltou que o auditório lotado demonstra a vontade de aprender das pessoas. “Os prefeitos estão ansiosos e o Tribunal de Contas do Estado tem mostrado seriedade, celeridade e transparência. Torcemos que o TCE faça não apenas o seu papel de fiscalizar, mas também de ensinar e orientar sobre a melhor forma de gerir o dinheiro público.” Para o diretor do Instituto de Ciências, Educação e Tecnologia da Região dos Inhamuns (Cecitec/Uece), Isaias Batista de Lima, a presença do Tribunal em Tauá é gratificante para os municípios da Região.



Juazeiro do Norte

Transparência e o combate à corrupção estiveram em pauta, dia 21/9, no auditório da Universidade Federal do Cariri (UFCA), durante a quarta edição do projeto Transparência na Gestão Pública – Controle Cidadão. “O melhor fiscal é o cidadão”, disse o presidente do TCE Ceará, Edilberto Pontes, que respondeu a todos os questionamentos dos participantes. Entre os administradores públicos presentes estavam os prefeitos de Juazeiro, Arnon Bezerra; de Milagres, Lielson Landim; de Missão Velha, Diego Feitosa; de Caririaguçu, Edmilson Leite; de Mauriti, Mano Moraes; de Penaforte, Agabio Sampaio; de Brejo Santo, João Batista; e de Barbalha, Argemiro Sampaio Neto. Também o presidente da União dos Vereadores e Câmaras do Ceará (UVC), vereador de Camocim, César Veras.



Sobral

Prefeitos da Região Norte, presidentes de Câmaras, vereadores, representantes de Associações, profissionais do Direito, secretários, servidores públicos, lideranças comunitárias e estudantes participaram, dia 5/10, da quinta e última edição, no interior cearense, do seminário sobre Transparência na Gestão Pública - Controle Cidadão. O evento reuniu cerca de 250 pessoas de 50 municípios cearenses. O prefeito de Sobral, Ivo Gomes, deu as boas-vindas e destacou que transparência não é um fardo para o gestor bem intencionado. “É notícia alvissareira ter o TCE como fiscalizador, pelo nível dos seus trabalhos”. O presidente da OAB-Sobral, Rafael Ponte, disse que a Ordem tem intensificado o debate com 36 comissões temáticas, entre elas a de gastos públicos, coordenada pelo procurador-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), seccional Federal em Sobral, Carlos Herlano Pontes Lima. Prestigiaram o encontro os conselheiros Valdomiro Távora e Patrícia Saboya.

PRESIDENTE DESTACA DESAFIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO SÉCULO XXI

Prevenção, investimento em tecnologia da informação, cruzamento de bancos de dados e modernas técnicas de controle estiveram entre os assuntos destacados pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, conselheiro Edilberto Pontes, dia 10/11, durante a palestra “Novos Desafios para o Controle: O Tribunal de Contas do Séculos XXI”.

O momento marcou o seminário de encerramento do projeto “Transparência na Gestão Pública – Controle Cidadão”, realizado na Fábrica de Negócios do Sebrae, em Fortaleza. Desde o início do projeto, realizado em parceria com a Fundação Demócrito Rocha (FDR) e apoio da Universidade Aberta do Nordeste (Uane),

foram percorridas cinco regiões do Estado.

Edilberto Pontes afirmou que o controle externo ganhou mais força, após a extinção do TCM por decisão da Assembleia Legislativa, com a unificação das instituições e da experiência dos servidores, procuradores e conselheiros substitutos oriundos do órgão extinto. “Tenho convicção que vamos para um patamar mais alto de fiscalização. Serão mais de 140 anos de experiência, se somarmos os 82 anos do TCE com os 60 do TCM. Não haverá solução de continuidade.”

Em números reais, o Presidente apresentou o atual controle do TCE Ceará. “São 50 bilhões de reais que estão sendo

fiscalizados pelo Tribunal, num corpo técnico de 624 servidores. Temos mais de quatro mil unidades gestoras, numa população superior a nove milhões de cearenses.”

Ele abordou a importância da T.I. para avançar nos trabalhos de prevenção à corrupção. “Há alguns anos, com processos apenas em papel, não era possível atuar com tamanha altivez em casos de ilícitos.” Edilberto Pontes destacou o papel da Corte. “Não apuramos apenas o débito, julgamos contas e aplicamos sanções como manda a Constituição, mas capacitamos, trabalhamos na prevenção e realizamos o acompanhamento contínuo.”



CORREGEDORIA DO TCE DIVULGA RELATÓRIO DE ATIVIDADES BIÊNIO 2016/2017

O Corregedor do TCE Ceará, conselheiro Valdomiro Távora, registrou no expediente da sessão plenária de 12/12, o atingimento de 100% das metas estipuladas para a Corregedoria no Planejamento Estratégico do TCE Ceará para 2016/2017. Foram executados projetos relacionados à melhoria da governança e da gestão da estratégia, com destaque para a aprovação do Regimento Interno da Corregedoria, “norma específica que só contribui para o

fortalecimento desta importante unidade corretiva. No documento, há informações sobre o trabalho de correições, desenvolvido durante os dois anos, com relação às atividades disciplinares da Corte. Além dos Códigos de Ética dos Membros e Servidores, o Relatório destaca a campanha desenvolvida pela Corregedoria, Ética: Responsabilidade de Todos. Valdomiro Távora foi reeleito para o cargo de Corregedor para o Biênio 2018/2019. “Os

desafios permanecem e a necessidade de robustecimento da Corregedoria deve ser meta desta Instituição, que precisa continuar aperfeiçoando as atividades dessa unidade disciplinadora.”



Confira o Relatório completo

<https://goo.gl/VdKko7>



CAMPAHA “ÉTICA: RESPONSABILIDADE DE TODOS”

Redobrar a atenção sobre as ações do dia a dia, reforçando a importância do comportamento ético e divulgando os Códigos de Ética dos Servidores e dos Membros do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Esses são alguns dos objetivos da campanha “Ética: responsabilidade de todos”, coordenada pela Corregedoria da Corte de Contas. Lançada em junho pelo conselheiro corregedor Valdomiro Távora, a campanha busca estimular o conhecimento dos Códigos de Ética a fim de melhorar cada vez mais o desempenho no trabalho.

Segundo Valdomiro Távora, “os Códigos de Ética contribuem para tornar o serviço público cada vez mais eficiente, reforçando a importância da atuação ética dos servidores e membros da Corte e disciplinando suas responsabilidades perante a sociedade”.

Os Códigos de Ética dos Servidores e dos Membros apontam vedações e deveres relacionados às atividades no cargo público e dão um norte ao comportamento ético na Corte de Contas.



Confira:

<https://goo.gl/xrxPjE>



EDILBERTO PONTES É ELEITO VICE-PRESIDENTE DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO IRB - 2018/2019



O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, conselheiro Edilberto Pontes, foi eleito vice-presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Rui Barbosa (IRB), para o Biênio 2018-2019. A eleição aconteceu durante o XXIX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, em Goiânia (GO), dia 23/11, quando foi escolhida a nova Diretoria do IRB, Conselho Fiscal e seus respectivos Suplentes.

A instituição será presidida pelo conselheiro Ivan Bonilha (TCE-PR). O atual presidente, conselheiro Sebastião Helvecio

(TCE-MG), comandará a vice-presidência de relações institucionais.

Edilberto Pontes é Pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). No Instituto Rui Barbosa, ocupou o cargo de vice-presidente de Tecnologia e Informática, até dezembro de 2013. Atuou como vice-presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB, biênio 2016/2017.

Instituto Rui Barbosa

O Instituto Rui Barbosa é uma associação civil de estudos e pesquisas, responsável por realizar capacitações, seminários, encontros e debates. O principal foco do IRB é aprimorar as atividades exercidas nos Tribunais de Contas do país. Também cabe ao Instituto investigar a organização e os métodos e procedimentos de controles externo e interno, para promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos serviços dos Tribunais de Contas do Brasil. O IRB apoia e promove iniciativas que procuram favorecer novos aprendizados para novos modelos de políticas públicas; estimula a publicação de trabalhos, monografias, revistas e impressos em geral, relacionados aos seus objetivos; e vai além, ao reconhecer e premiar as boas práticas.

Diretoria do IRB (2018-2019)

Ivan Lelis Bonilha (TCE-PR) - Presidente
Sebastião Helvecio Ramos de Castro (TCE-MG) - Vice-Presidente de Relações Institucionais
Érico Xavier Desterro e Silva (TCE-AM) - Vice-Presidente de Desenvolvimento Institucional
Edilberto Carlos Pontes Lima (TCE-CE) - Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão
Inaldo da Paixão Santos Araújo (TCE-BA) - Vice-Presidente de Auditoria
Sidney Estanislau Beraldo (TCE-SP) - Vice-Presidente de Desenvolvimento e Políticas Públicas
Severino José Costandrade de Aguiar (TCE-TO) - Primeiro Secretário
Marcos Antônio Borges (TCE-GO) - Segundo Secretário
Algir Lorenzon (TCE-RS) - Tesoureiro

Conselho Fiscal

Nestor Baptista (TCE-PR)
Anilcéia Luzia Machado (TCDF)
Luiz Eduardo Cherem (TCE-SC)
Mauri José Torres Duarte (TCE-MG)
Maria Elizabeth Cavalcante de Azevedo Picanço (TCE-AP)

Suplentes

Domingos Augusto Taufner (TCE-ES)
Naluh Maria Lima Gouveia (TCE-AC)
Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (TCE-PI)
Antônio Carlos Flores de Moraes (TCM-RJ)
Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes (TCE-PA)

Suplentes

Osmar Domingues Jeronymo (TCE-MS)
Cilene Lago Salomão (TCE-RR)
João Antonio da Silva Filho (TCM-SP)
Daniel Augusto Goulart (TCM-GO)
Fernando Toledo (TCE-AL)

ESCOLA DE GOVERNO DO SENADO REFORÇA PARCERIA COM O TCE CEARÁ PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

“Ampliar as relações institucionais com outras Escolas de Gestão e com os Poderes, além do Legislativo”. Este foi o motivo da visita do diretor executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Helder Rebouças, dia 1º/12, ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

O representante da Escola de Governo do Senado foi recebido pelo presidente da Corte cearense, conselheiro Edilberto Pontes; pelo diretor-presidente do Instituto Plácido Castelo, a Escola de Gestão do TCE Ceará, conselheiro Alexandre Figueiredo; e pelo diretor de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação do IPC, Francisco Otávio de Miranda Bezerra. “Estamos nas tratativas iniciais, que resultarão em assinatura de parceria de intercâmbio técnico educacional”, destacou Helder Rebouças, que aproveitou a vinda a Fortaleza para conhecer o funcionamento e as atividades desempenhadas pelo IPC.

O visitante conheceu a Revista Controle – Doutrina e Artigos, publicação do

TCE Ceará que está disponível em meio físico e online, em plataforma própria e no portal institucional, além da Editora Fórum, se comprometendo a submeter um artigo para a nova edição.

Uma primeira reunião, com o intuito de oferecer aos servidores do TCE cursos presenciais e a distância, voltados ao controle externo, ocorreu em 24/10, em Brasília, quando o presidente Edilberto Pontes foi recebido pelo chefe de gabinete do ILB, Waldir Rodrigues, no Senado Federal, em Brasília.

No portfólio de capacitações do Instituto, há cursos de pós-graduação lato sensu credenciados pelo MEC, MBA e Ensino a Distância. Entre os cursos a serem ofertados pela Escola de Governo do Senado Federal estão: Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público, Fundamentos da Ciência Econômica, Orçamento Público Avançado, Licitação e Contratos Administrativos.

RECEBA AS NOVIDADES DO
TCE CEARÁ
DIRETAMENTE NO SEU
WHATSAPP

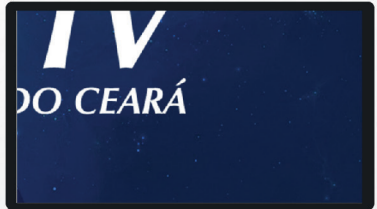




Acontece TV

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

Confira os fatos mais importantes da Corte de Contas





EDIÇÕES DISPONÍVEIS NOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO DO TCE CEARÁ


 youtube.com/tceceara

 twitter.com/tceceara

 facebook.com/tceceara

 www.tce.ce.gov.br

 (85) 9 8969.3544

 instagram.com/tceceara

IMPrensa CEARENSE PARTICIPA DO II CAFÉ COM DADOS

Jornalistas, radialistas, editores, apresentadores e representantes das mídias cearenses, televisiva, radiofônica, impressa e online, participaram dia 20/12, do II Café com Dados, evento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, no Edifício 5 de Outubro.

Durante toda a manhã, conselheiros, conselheiros substitutos e secretários do Tribunal puderam conversar com os convidados sobre as atividades realizadas pela Corte de Contas este ano. Na ocasião, os comunicadores conheceram mais sobre a atuação do TCE e as expectativas para 2018.

Todos foram recebidos pelo presidente do TCE Ceará, conselheiro Edilberto Pontes. Fazendo as honras da Casa, Pontes reforçou a importância

da parceria entre o Tribunal e a imprensa, para que o cidadão possa fazer o seu importante e fundamental papel de controlador social, ajudando a combater o mau uso do dinheiro público e garantindo a qualidade das fiscalizações no Estado e nos 184 municípios cearenses.

O Presidente também falou sobre os aplicativos da Corte de Contas, que além de serviços e informações, disponibilizam mecanismos para comunicação de irregularidades na área da educação. Ao final, o conselheiro Edilberto Pontes destacou o desafio do TCE diante das novas atribuições de fiscalizar os recursos públicos municipais, mas falou estar convicto do excelente desempenho do corpo técnico do órgão.

Prestigiaram o momento os



conselheiros Rholden Queiroz, Valdomiro Távora e Soraia Victor, além do conselheiro substituto Davi Barreto.

Os comunicadores receberam um kit preparado pela Assessoria de Comunicação, do Tribunal, contendo um balanço com as atividades da Corte em 2017. Além de conversas e entrevistas, os participantes assistiram um vídeo com matérias divulgadas sobre o Tribunal na mídia, que evidenciou a importância da parceria entre a Assessoria de Comunicação do Tribunal e a imprensa em benefício da sociedade.



Encontro no TCE Ceará:

comunicadores discutem papel das ouvidorias

Profissionais de Imprensa e Ouvidorias participaram dia 14/9 do III Encontro de Ouvidorias, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE Ceará). O evento, cujo tema foi “Comunicação e Ouvidoria: Um olhar para o cidadão”, proporcionou uma discussão acerca do atual cenário das duas áreas e dos desafios para o aprimoramento da relação com o cidadão.

Três palestras fizeram parte da programação: “Novos desafios da cidadania ativa e democracia participativa”, com o assessor de Comunicação da Semace, Alberto Perdigão; “O papel da Imprensa no controle social”, com o diretor-editor do jornal Diário do Nordeste, Ildfonso Rodrigues; e “Autônomas x obedientes: as ouvidorias em debate”, conduzida pela ombudsman do jornal O Povo, Tânia Alves.

“A sociedade espera que os órgãos e instituições exerçam seus papéis, sejam efetivos, e as ouvidorias devem seguir a mesma linha, a da efetividade, atuando como um dos canais entre as instituições públicas e a sociedade. O cidadão quer um

canal sem filtros, ativo,” disse o Presidente Edilberto Pontes, parabenizando o ouvidor Itacir Todero, conselheiro substituto do TCE Ceará, pela realização do Encontro das Ouvidorias pelo terceiro ano consecutivo.

Todero destacou as ações do Tribunal para a qualificação e fortalecimento do setor, como o programa de capacitação continuada de ouvidores, o protocolo de intenções da Rede Ouvir-CE e o projeto TCE Ceará na Comunidade.

Na primeira palestra, moderada pela chefe da Controladoria e Ouvidoria-Geral do Município de Fortaleza, Natália Rios, o jornalista Alberto Perdigão defendeu a função pedagógica das ouvidorias. “A questão é de empoderamento, as ouvidorias têm sim que se preocupar com o cidadão, mas a preocupação não pode ser outra se não a do empoderamento, a de fazê-lo enxergar, de fazê-lo, através desse olhar, mais informado e mais empoderado para exercer o controle social e se posicionar diante da sua missão como cidadão, como agente de democracia.” O tema foi debatido



pelo ouvidor do Detran-CE, José Ribamar Diniz Bacelar, e pelo jornalista Roberto Maciel, do Diário do Nordeste.

Ildfonso Rodrigues, em sua exposição moderada pelo conselheiro substituto Davi Barreto, demonstrou como os meios de comunicação estão evoluindo e questionou se as instituições estão se preparando pra isso. Para ele, é necessário que as instituições e órgãos acompanhem essas mudanças e saibam o que o meio social está dizendo. Durante o debate, com o presidente da Associação Cearense de Imprensa, Salomão de Castro, e com o assessor de Comunicação da Prefeitura de Fortaleza, Moacir Maia, foram pontuadas questões como a propagação de notícias falsas e os seus impactos no processo de informação ao cidadão.

A terceira e última palestra, moderada pelo secretário-chefe da Controladoria e



Ouidoria-Geral do Estado, Flávio Jucá, ficou por conta da ombudsman do jornal O Povo. Tânia Alves discutiu a necessidade de autonomia e de um mandato para ouvidores. Para ela, essa é uma questão que ainda não foi resolvida, mas que tem resolução necessária para que, em mudanças de governo,

não ocorram retrocessos.

A exposição teve como debatedores os professores Ismar Capistrano Filho, coordenador de jornalismo da UFC, e Wagner Borges, coordenador de jornalismo da Unifor, e a secretária da Justiça e Cidadania do Estado, Socorro França. A

primeira ouvidoria do Ceará destacou o valor dos ouvidores e contou histórias vivenciadas por ela no setor, desde que iniciou em 1997, lembranças que engrandecem e orgulham as ouvidorias.

TCE Ceará encerra ciclo de Capacitação Continuada

Excelência no Atendimento das Ouvidorias. Essa foi a temática apresentada dia 7/12, na última aula do Programa de Capacitação Continuada de Ouvidores de 2017, realizada no auditório do Instituto Plácido Castelo (IPC), a Escola de Contas do TCE Ceará.

Promovido pela Ouvidoria desta Corte, o encontro foi ministrado pelo coordenador de Fomento ao Controle Social da Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado (CGE – CE), Ítalo Brígido, e pelo orientador da Célula de Ouvidoria (CEOUV), Jean Lopes, do mesmo órgão. Michelly Chaves Nunes Ribeiro, ouvidora do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), foi a instrutora responsável no turno da tarde. A capacitação é voltada a ouvidores e membros de Ouvidorias do Estado e dos Municípios cearenses.

O Ouvidor Itacir Toderó deu as

boas-vindas aos participantes, falou sobre a importância da discussão do tema e fez um breve balanço sobre sua gestão à frente do cargo. Ele ressaltou, ainda, que deixará uma proposta para que o próximo ouvidor, biênio 2018-2019, promova capacitações às Ouvidorias dos 184 municípios cearenses.

Ítalo Brígido parabenizou a atual gestão da Ouvidoria do TCE e ressaltou a importância de debater o tema da qualificação. “O encontro abre a oportunidade para a troca de experiências e para a discussão não só da excelência no atendimento da ouvidoria, mas na prestação do serviço público em sua plenitude”. Complementando a fala do colega, Jean Lopes afirmou que “a discussão é de suma relevância, pois sugere boas práticas aos representantes das Ouvidorias que estão presentes na qualificação”.

Programa de Capacitação Continuada de Ouvidores

O programa visa reunir as ouvidorias públicas dos diferentes poderes e esferas federativas para discussão de temas sensíveis relacionados à sua atuação. Os encontros anteriores foram:

1º

“Instrumentos de planejamento, construção da informação e indicadores em ouvidorias” - José Pinheiro Machado, ouvidor da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp);

2º

“O tratamento da comunicação de irregularidade nas Ouvidorias e a proteção ao denunciante” - Airton Roberto Rehbein, coordenador da Ouvidoria do TCE-RS;

3º

“Gestão de conflitos no âmbito das Ouvidorias” - Mônica Carvalho Vasconcelos, professora da Universidade de Fortaleza (Unifor) e mediadora de conflitos;

4º

“Ouvidorias em Rede: uma perspectiva da ambientação na Rede de Ouvidorias Públicas” - Sheila Cavalcante Pitombeira, procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará;

5º

“As ferramentas para implantação da Rede Ouvir-CE” - Maria Neves Feitosa Campos, ouvidora do Ministério Público do Estado do Ceará (MP-CE).

Ouvidor do TCE Ceará é homenageado pela OAB



Pela sua contribuição à Ouvidoria do TCE Ceará, em níveis estadual e nacional, o conselheiro substituto e ouvidor Itacir Toderó recebeu, dia 14/12, uma homenagem durante a 7ª edição do evento “Ouvidoria no Dia a Dia da Advocacia”, que ocorreu no Plenário do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará (OAB-CE). “Recebo essa homenagem em nome da Ouvidoria, pois não foi um trabalho que fiz sozinho. Toda a equipe colaborou para esse reconhecimento da OAB, que representa a consolidação de um esforço que fizemos para alavancar e congregar muitas outras ouvidorias”, aponta o Ouvidor.



Desde novembro, a Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Ceará centralizou seu atendimento presencial na Rua Sena Madureira, 1047, no centro de Fortaleza. Os acessos também podem ser feitos por cartas, pelo portal www.tce.ce.gov.br, e-mail ouvidoria@tce.ce.gov.br ou pelos telefones (85) 3212-2222 e 0800 079 6666 (ligação gratuita).

Gerência de Desestatização fiscalizará concessões, permissões e PPPs

O TCE Ceará aprovou, em abril, a criação da Gerência de Fiscalização de Desestatizações na estrutura da Secretaria de Controle Externo. Entre as competências estão as de realizar levantamentos, inspeções, auditorias, acompanhamentos, monitoramento e outras matérias relativas à avaliação e à fiscalização de processos de desestatização, realizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Caberá à Gerência efetuar a fiscalização dos atos que resultem em concessões, permissões e autorizações de serviços e parcerias público-privadas, competido-lhe, em especial, acompanhar editais de licitação, contratos e instrumentos congêneres. Também deverá representar ao Tribunal quando tomar conhecimento de irregularidade ou ilegalidade, em sua área de especialização, bem como propor a instauração de tomada de contas especial pelo Tribunal ou pelo gestor responsável quando for o caso.

Uma das ações a serem fiscalizadas é o "Programa de Concessões e Parcerias Público-Privadas do Governo do Estado do Ceará". Desde a sua criação, a Gerência já atuou em importantes processos, como o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) do Metrô de Fortaleza - Linha Sul e os VLT's (Veículo Leve Sobre Trilho) Parangaba/Mucuripe, Sobral e Cariri, e a Planta de dessalinização de água marinha para a Região Metropolitana de Fortaleza.

Portos do Pecém e de Roterdã

Em 22/3, foi firmado o memorando de entendimento entre o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e o Porto de Roterdã, um dos principais equipamentos em movimentação de cargas do mundo e o maior equipamento da Europa. A iniciativa visa contribuir para a captação de novos investidores para o Ceará. A solenidade de assinatura, realizada no



Centro de Convenções do Porto de Roterdã, foi acompanhada pelo presidente do TCE Ceará Edilberto Pontes, e pelo secretário de Controle Externo, Raimir Holanda.

O memorando de entendimento para futura parceria entre os dois Portos foi assinado pelo governador Camilo Santana e o presidente da Cearaportos, Danilo Serpa. O CEO do equipamento holandês, Allard Castelein, destacou a importância da parceria para alavancar negócios para o estado.

Banco Mundial conhece projetos para fortalecimento do controle

O Tribunal de Contas do Ceará participou, dia 26/6, de reunião com uma comitiva do Banco Mundial (Bird) e representantes de outros órgãos estaduais, na sede do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), no Cambé. Na ocasião, foi discutido o novo formato de financiamento para o Estado do Ceará.

O TCE foi representado pela chefe de Gabinete da Presidência, Mirla Fontenele, e pelo assessor de Planejamento e Gestão, Glinton Carvalho Ferreira. "Apresentamos ao economista chefe do Banco Mundial, Mark Dutz, e sua equipe projetos integrados voltados aos órgãos de Controle, principalmente na área de governança". Além do



TCE, participaram o Ipece, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado e o Ministério Público do Ceará.



DIA DO SERVIDOR PÚBLICO E 82 ANOS DO TCE CEARÁ SÃO COMEMORADOS

“O todo é maior que a soma das partes.” A frase foi dita pelo presidente do Tribunal Edilberto Pontes, dia 27/10, ao saudar e agradecer o empenho de todos os integrantes da Corte de Contas, na comemoração pelo Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro, e pelos 82 anos do TCE, completos em 5 de outubro.

Pontes somou os 82 anos do TCE com os 62 do extinto TCM, enfocando que “mais de um século de história só reforça o potencial de cada um para fazermos uma instituição cada vez mais forte, eficiente e capaz. Agora somos um só órgão, não há diferenças,

vamos somar os valores e trocar experiências, um aprendendo com o outro. Estou aqui há 10 anos e aprendi a admirar muito o serviço público, vibro com o esforço de cada um, gente dedicada, tratada com respeito, valorização remuneratória e com planos de cargos. O desafio é grande, mas tenho convicção de que sairemos muito bem, e os que estão chegando irão se engajar plenamente”.

A comemoração contou com boa música, no plenário do Edifício 5 de Outubro, ao som do servidor João Bosco Nogueira e colegas, que fizeram uma bela homenagem. Entre as canções, “Tributo

à Amizade”, tema abordado durante conversa informal. Também foi aberta a exposição de fotografias da Mostra de Talentos, com o tema “Arquitetura do Ceará, Linhas e Formas”.

Momento especial foi a entrega de bônus aos servidores pelos 30 anos e 10 anos de serviços prestados ao TCE Ceará, dentro do Programa de Reconhecimento Funcional. Cada homenageado foi chamado ao palco para receber os aplausos da plateia. Bolo, vela e chuva de papel picado durante os parabéns duplo aos aniversariantes de outubro.



Estacionamento e novas melhorias

Durante as festividades do Dia do Servidores, foi descerrada a placa de inauguração do Estacionamento de Carros, no subsolo do TCE Ceará. Na ocasião, o secretário de Administração, Auriço Oliveira, falou sobre as obras feitas no espaço, antes inutilizado e com riscos de desabamento. Também foi feita uma sala, com copa reservada, para os motoristas. O presidente Edilberto Pontes destacou essa e outras melhorias que estão por vir. “A obra é uma conquista, pois havia um risco estrutural de desabamento, pela antiguidade, por se tratar de uma construção da década de 50. Outra melhoria que teremos em breve será o novo refeitório. Queremos, com isso, dar mais qualidade aos que fazem o TCE, com espaço compatível, confortável para todos”.

REVISTA CONTROLE É LANÇADA EM PLATAFORMA DIGITAL

O presidente Edilberto Pontes lançou, dia 27/10, a edição eletrônica da Revista Controle – Doutrina e Artigos (Volume XV – nº1 – Junho 2017), durante a solenidade de comemoração ao Dia do Servidor e pelos 82 anos do TCE Ceará, no Plenário do Edifício 5 de Outubro.

Composta por quinze artigos inéditos, a publicação inclui trabalhos científicos elaborados por vinte e três autores de diferentes localidades e instituições nacionais. Membros do Conselho Editorial e um seletivo grupo de pareceristas realizaram a seleção seguindo critérios rigorosos exigidos pelas mais renomadas entidades científicas e acadêmicas.

A nova edição pode ser encontrada na plataforma

própria e no portal do TCE Ceará. O periódico é registrado também em outros portais nacionais e internacionais como, por exemplo, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), CAPES, Latindex, PKP/Index, Diadorim, Livre, Rede Rubi, Google Acadêmico e Editora Digital Fórum.

Segundo o presidente Edilberto Pontes, a Revista Controle é um espaço que tem se consolidado para a reflexão e o debate livre de ideias. Alcançou, durante a avaliação de classificação de periódicos do quadriênio 2013-2016, a certificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em duas áreas de conhecimento:

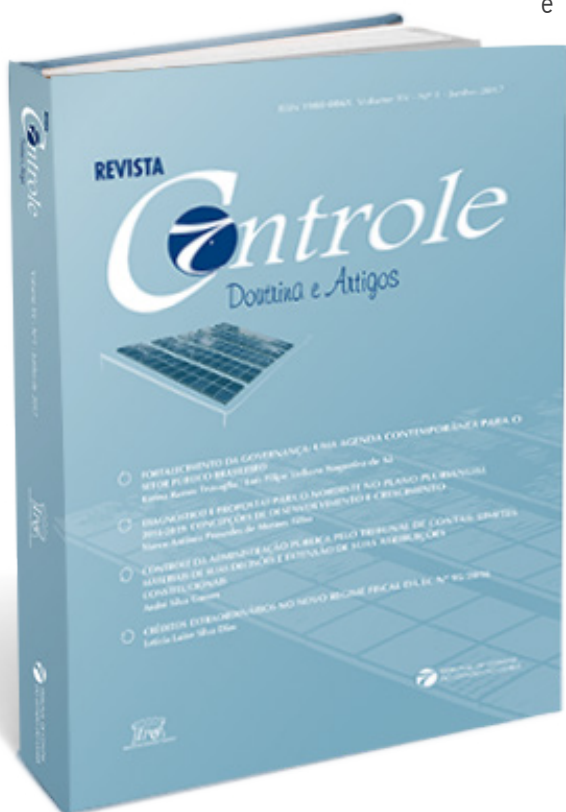
“Administração Pública e de Empresas,

Ciências Contábeis e Turismo” e “Planejamento Urbano e Regional/Demografia”.

Com tiragem de mil exemplares, a distribuição é gratuita e recebe trabalhos

de profissionais, acadêmicos e servidores de órgãos públicos, atuantes nas áreas de Direito, Administração, Ciências Contábeis e Economia, de todo o território nacional e internacional. Os temas versam sobre as ramificações do Direito Constitucional, Direito Administrativo, Finanças Públicas, Controle Externo, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei de Licitações e Contratos, Fiscalização das Organizações Sociais, Processo Administrativo, Contabilidade Pública, Auditoria Operacional, de Gestão e de Processos, entre outros assuntos afins.

O Conselho Editorial, representado pelo editor e presidente Edilberto Pontes, convida autores do Brasil e do exterior a publicarem artigos inéditos. Para participar do processo seletivo, os autores devem se cadastrar no site exclusivo da revista on-line, criando um login e senha. Depois de concluída essa etapa, será possível a inclusão do artigo. Os autores receberão notificações sobre a situação de cada fase ao longo do processo.



REVISTA CONTROLE NA BIENAL INTERNACIONAL DO LIVRO DO CEARÁ



O Tribunal de Contas do Estado do Ceará lançou, dia 19/4, mais uma edição da Revista Controle – Doutrina e Artigos, durante a XII Bienal Internacional do Livro do Ceará, realizada no Centro de Eventos. O momento foi aberto ao público e contou com a presença de autores e autoridades do meio acadêmico e político.

Recepcionados pelo presidente do TCE Ceará e editor da publicação, Edilberto Pontes, os participaram discorreram sobre os temas do novo exemplar. Na roda de debates estavam Alexandre Figueiredo, diretor-presidente do Instituto Plácido Castelo; Fernando Ximenes, Desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará; e Gustavo de Paiva, servidor do Tribunal e autor de um dos artigos da Controle. Outros autores prestigiaram o lançamento.

Edilberto Pontes destacou a honra em lançar o periódico durante a Bienal. "A Revista Controle já está consolidada como uma publicação importante na discussão de temas candentes da administração pública. É um espaço de debate aberto pelo Tribunal para que a sociedade possa discutir temas relevantes, seguindo critérios técnicos e científicos, com pareceristas externos, avaliação cega, sem qualquer viés ideológico".

O conselheiro Alexandre Figueiredo lembrou que a Revista Controle foi a primeira publicação científica elaborada por Tribunais de Contas Estaduais.

A Revista Controle - Doutrina e Artigos do TCE Ceará atende a todos os pré-requisitos das mais renomadas publicações científicas.

QUALIS B4 EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO

A Revista Controle – Doutrina e Artigos avança em termos de reconhecimento acadêmico ao receber o QUALIS B4, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), desta vez na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.

A publicação do TCE possui a mesma certificação em Planejamento Urbano e Regional/Demografia. Além de estar inserido em uma plataforma digital própria, o periódico é registrado em outros portais nacionais e internacionais como, por exemplo, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), CAPES, Latindex, PKP/Index, Diadorim, Livre, Rede Rubi, Google Acadêmico e Editora Digital Fórum.



Curso de especialização em “Fronteiras do conhecimento em auditoria governamental: desafios para o século XXI”.

Pela primeira vez em sua história, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará - por meio da escola de contas, o Instituto Plácido Castelo - promove curso de especialização com certificação emitida pelo próprio órgão. A conquista veio após o IPC, em 2017, obter credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação do Ceará para ministrar cursos dessa natureza em sua área de competência.

A pós-graduação lato sensu, intitulada “Fronteiras do conhecimento em auditoria governamental: desafios para o século XXI”, deseja formar um novo perfil de trabalho do profissional de auditoria governamental, capaz de detectar, prevenir e gerenciar fraudes e gastos no setor público de modo mais otimizado, ao estar conectado a ferramentas modernas de manuseio e análise de informações, a

conhecimentos robustos e aprofundados em sua área de atuação e a um estilo comportamental que sirva de referência para outras categorias profissionais da gestão pública.

Nesta primeira turma, 40 servidores devem ser formados, incluindo ocupantes de cargo efetivo e exclusivamente de cargo em comissão. As aulas acontecem de 24/5/2018 até 31/8/2019.

O Futuro da Auditoria é tema de workshop

Representantes da Empresa Ernst & Young (EY) realizaram, dia 31/5, o workshop “A Digitalização e o Futuro da Auditoria”, que abordou o trabalho realizado pela empresa junto ao TCE Ceará e as novas competências, ferramentas e tecnologias utilizadas pelo auditor do futuro. Os palestrantes buscaram sensibilizar os participantes a potencializarem o exercício pleno e eficaz de suas funções assim como alinhar os propósitos das ações do Auditor do Século XXI.

A EY encontra-se nesse momento em execução e aprimoramento do Sistema Ágora, que consiste em uma ferramenta própria para prestação das contas anuais, voltada a jurisdicionados do TCE. A tecnologia viabiliza que as rotinas de cruzamentos de informações sejam analisadas por analistas e gerentes da Corte de maneira automatizada.

Mestrandos em Administração e Controladoria participam de seminário



O Plenário do Edifício Presidente Antônio Coelho sediou o Seminário de Dissertação para os alunos do programa stricto sensu de Pós-Graduação em Administração e Controladoria Profissional (PPAC/Profissional). O encontro aconteceu dia 25/9, com a saudação do diretor-presidente do Instituto Plácido Castelo (IPC), conselheiro Alexandre Figueiredo. “O momento é de parabenizar os mestrandos que estão se preparando para a dissertação, para melhorar, cada vez mais o perfil dos servidores públicos que têm a missão de controlar as contas públicas, já exercida com maestria.”

Alexandre Figueiredo discorreu sobre a origem da palavra controle e seu real significado e parabenizou a diretoria do IPC,

nas pessoas de Hilária Barreto (diretora executiva) e Francisco Otávio de Miranda Bezerra (diretor de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação), pelas capacitações realizadas para servidores públicos e sociedade, tanto presencial quanto a distância, além de palestras e especializações.

“À coordenação do mestrado, em nome da Prof.^a Dra. Suzete Suzana Rocha Pitombeira (coordenadora) e do Professor Adriano Gomes (vice), ficará a missão de levar a mensagem de agradecimento da Corte de Contas, pela parceria. Nosso sentimento é de gratidão e queremos continuar essa parceria. Levem nossa mensagem de agradecimento à Reitoria da Universidade”, destacou o conselheiro Alexandre Figueiredo.

As aulas do programa stricto sensu de Pós-Graduação em Administração e Controladoria Profissional (PPAC-Profissional) começaram em 17/8/2016, no IPC, sob a coordenação da Prof.^a Dra. Suzete Suzana Pitombeira. Foram 29 alunos, sendo 24 da Corte de Contas. O curso de Mestrado em Administração e Controladoria é uma iniciativa do TCE, por meio do IPC, em conjunto com a Associação dos Servidores do TCE Ceará (Assertce), num convênio com a UFC.

Os mestrandos têm até agosto de 2018 para defenderem suas dissertações. Os trabalhos devem compor a Revista Controle – Doutrina e Artigos, do TCE Ceará.

Premiação do Concurso de Redações e sarau literário marcam Semana do Livro e da Biblioteca

A solenidade de entrega da premiação pelo V Concurso Nacional de Redações – Prêmio Ministro Plácido Castelo (2016/2017) foi o ponto alto do evento realizado, pela Escola de Contas e Gestão do TCE Ceará, Instituto Plácido Castelo. A edição deste ano teve como tema “Fiscalização Participativa: O cidadão como agente de controle dos gastos públicos” e recebeu 372 redações, de 13 escolas de Fortaleza e de outros 28 Municípios cearenses.

O 1º lugar ficou com Thamires Paulino de Sousa, da Escola Rita Aguiar Barbosa, em Itapipoca, que recebeu R\$ 2.500,00; a 2ª colocação ficou para Tamires Silva Santiago, da Escola Professor Walquer Cavalcante Maia, em Russas, que recebeu o valor de R\$ 1.500,00; e Carlos Sávio Vasconcelos Silveira, da Escola Carminha Vasconcelos, em Morrinhos, foi o terceiro

colocado, recebendo o valor de R\$ 1.000,00. Os dez primeiros colocados receberam menção honrosa.

O objetivo do concurso é estimular, entre os estudantes do ensino médio, estudos e pesquisas de interesse público que possam servir para a formulação e inovação de práticas tendentes à solução e ao incremento do desenvolvimento administrativo, financeiro, econômico, jurídico e social da administração pública estadual do Ceará.

Juntamente a diretora executiva do IPC, Hilária Barreto, o diretor de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação do IPC, Francisco Otávio de Miranda Bezerra, e a professora Márcia Campos, secretária-adjunta da Educação do Ceará (Seduc), fizeram a entrega aos premiados. “Agradecemos o incentivo do concurso e frisamos

que a gente vem trabalhando muito para que esses alunos sejam bem-sucedidos, e que os nossos estudantes possam ser alfabetizados na idade certa”. Receberam certificados os membros da Comissão Julgadora.

O evento realizado pelo Instituto Plácido Castelo e a Biblioteca Ministro Raimundo Girão, no Plenário do Edifício 5 de Outubro, fez alusão à Semana do Livro e da Biblioteca. O encontro foi aberto pela diretora Hilária Barreto, representando o diretor-presidente do IPC, conselheiro Alexandre Figueiredo.

A primeira mesa de debate teve como mediador o conselheiro substituto Davi Barreto, com a explanação da presidente da Academia Metropolitana de Letras de Fortaleza, Greycianny Cordeiro, autora da obra “Anjo Caído”, título principal do VII



Café com Leitura: Contos e Encontros. O servidor do TCE e escritor, João Bosco, participou dessa rodada.

Promotora de Justiça há 22 anos, a palestrante Greycianny Cordeiro destacou a importância de abertura de debates, principalmente em órgãos públicos e que trabalham com números. “Em nenhum órgão que eu conheço existe um projeto como esse, de valorização da literatura. O TCE é um espaço de sonhos que se tornam realidades e os estudantes fazem parte dessa realidade”.

Discorrendo sobre o romance Anjo Caído, Greycianny Cordeiro explicou que ficção, suspense e trama policial são elementos do livro, que mostra como ocorre o tráfico de mulheres no Brasil e no mundo e suas vertentes, como a escravidão. “Anjo Caído conta a história de uma brasileira escravizada na Itália, para fins de exploração sexual, e o empenho de uma delegada federal brasileira e de um policial italiano para desvendar o mistério da rede criminosa internacional”.

Davi Barreto destacou a importância do tema, desenvolvimento sustentável, valorizando a educação e a leitura. “Aqui na Corte, discutimos muitos números, débitos. É um momento ímpar participar de eventos como este e debater uma obra que traz um pouco da realidade de Fortaleza, da prostituição, que ocorre principalmente na área litorânea. O interessante do livro é estar numa ficção mas, ao mesmo tempo, próximo da sua realidade”.

A plateia participou ativamente da discussão, reforçando o tema

polêmico que é bem característica da nossa realidade.

A conselheira Soraia Victor abriu a segunda parte da programação, frisando que “nós não só examinamos contas, mas queremos ver o nosso Ceará desenvolvendo, e nada melhor do que reflexões para vermos esse objetivo ser alcançado”. A mensagem foi deixada para apresentar o Prof. MS. Osório Viana, que debateu o tema “A Insustentável Dureza do Desenvolvimento”, discorrendo sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, a evolução do pensamento econômico ambiental e o limite do crescimento. Um

pergunta ficou para a plateia: O crescimento econômico é sustentável ou a humanidade já ultrapassou a capacidade de carga do Planeta?

Os servidores João Bosco e Luciano Lira cantaram com a plateia. A recitação de poesias foi feita pelas servidoras Amélia Cavalcante e Larissa Mota. A cantora Kátia Cilene encantou o público, falando um pouco da sua trajetória, em conversa com a coordenadora do IPC, Marcella Feitosa. A apresentação musical encerrou a programação.



ESCOLA DE CONTAS APRESENTA CRONOGRAMA DE CURSOS A DISTÂNCIA PARA 2018

A Escola de Contas do TCE Ceará, Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC), vai ofertar 42 cursos, na modalidade a distância neste ano de 2018, com cronogramas já disponíveis e abrangendo todo o ano que vem. As capacitações estão previstas para ocorrerem de janeiro a novembro.

Os cursos serão ofertados pelo Núcleo de Educação a Distância (NEaD), contendo 12 eixos temáticos: Contabilidade; Orçamento e Finanças Públicas; Licitação, Contratos Administrativos e

Convênios; Direito; Controle Social; Auditoria; Controle Externo e Interno; Gestão Pública; Projetos; Educação Corporativa; Educação Ambiental; Tecnologia da Informação e Gestão de Pessoal.

Em 2017, o Instituto Plácido Castelo foi credenciado pelo Conselho Estadual de Educação do Ceará, para oferecer e certificar cursos de pós-graduação na área de competência do Tribunal de Contas, emitindo certificado pela própria Escola.



Mais informações acesse aqui:
<https://goo.gl/ZXnCpT>



NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA OFERTA QUASE 10 MIL OPORTUNIDADES EM 2017





O Núcleo de Educação a Distância, (NEaD) do Instituto Plácido Castelo, ofertou 9.796 oportunidades, a servidores, jurisdicionados e à sociedade, com a realização de 38 capacitações online, em 2017. Foram 4.106 participantes no 1º semestre, em 13 cursos, e 5.690 no 2º semestre do ano passado, em 25 capacitações. Os Cursos na Modalidade a Distância estão elencados pelos seguintes Eixos Temáticos (ET): Contabilidade, Orçamento e Finanças Públicas; Licitação, Contratos Administrativos e Convênios; Direito; Controle Social; Auditoria; Controle Externo e Interno; Gestão Pública; Projetos; e Educação Corporativa.

De janeiro a dezembro deste ano, foram oferecidos os seguintes cursos:







Contabilidade Geral
Gestão de Riscos e Controle Interno
Gestão Patrimonial
Auditoria Governamental
Seminário de Formação de Tutores para o Ambiente Virtual de Aprendizagem do IPC/TCE-CE
Extensão em Direito Administrativo Aplicado à Gestão Pública
Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
Aperfeiçoamento em Gestão Financeira Escolar
Tomada de Contas Especial
Pregão Eletrônico na Jurisprudência dos Tribunais de Contas
Contabilidade Aplicada ao Setor Público
Obras Públicas – Aspectos do Planejamento e Financeiro
Extensão: As Repercussões do Código de Processo Civil nos Processos Administrativos dos Tribunais de Contas
Introdutório de Administração Pública
Normas da ABNT Aplicadas a Trabalhos Acadêmicos
Análise de Balanços do Setor Público de Acordo com a Nova Estrutura Contábil
Auditoria Operacional
Gerenciamento de Projetos no Setor Público
Extensão em Direito Constitucional Aplicado à Gestão Pública
Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF
Introdução ao Estudo das Concessões Comuns e das Parcerias Público-Privadas
Obras Públicas – Aspectos da Licitação e Execução
Responsabilização de Agentes Públicos e Privados perante os Tribunais de Contas
Controle Externo: Aspectos Relevantes ao Exercício do Controle
Extensão em Direito Tributário – Receitas Constitucionais
Modelos de Melhores Práticas para Governanças e Gestão de Tecnologia da Informação
Contratos Administrativos
Extensão em Orçamento e Finanças Públicas – Planejamento e Execução
Legislação Brasileira sobre Transparência, Moralidade e Integridade Públicas (Sistema Brasileiro Anticorrupção)
Termo de Referência sob o Enfoque dos Tribunais de Contas
FUNDEB
Gestão Patrimonial – Turma II
Legislação de Pessoal na Administração Pública
Auditoria e Controladoria na Administração Pública
Monitoria e Avaliação na Administração Pública
Regime Próprio de Previdência Social – em parceria com IBDP
Fundamentos de Governança Corporativa – em parceria com TCU
Cerimonial no Ambiente Legislativo – em parceria com ILB

Cursos Presenciais, realizados no Auditório do IPC

1º SEMESTRE/2017

-  Atualização em Licitações e Contratos Administrativos – Análise das Inovações trazidas pela Lei 13.303/16;
-  Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
-  Gerenciamento de Obras Públicas em Tempos de Crise
-  Formação Básica em Gestão Pública - Fundamentos

2º SEMESTRE/2017

-  Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) - Lei nº 13.019/2014
-  Avançado de Convênios: Formalização e Celebração
-  Avançado de Convênios: Execução
-  Balanço Público com Componente das Prestações de Contas
-  Avançado de Convênios: Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial
-  Jurisprudência dos Tribunais de Contas Aplicadas a Obras Públicas

PROGRAMA AGENTE DE CONTROLE CAPACITA MAIS DE **5.300** ESTUDANTES EM 2017

Levar conhecimento sobre as atividades do Tribunal de Contas do Estado do Ceará e os mecanismos que auxiliam na fiscalização dos recursos públicos. Assim é o programa Agente de Controle, iniciativa do Instituto Plácido Castelo que, no ano de 2017, contemplou 5.330 estudantes de ensino médio.

De janeiro a dezembro do ano passado, foram realizados 37 eventos, em 14 municípios cearenses, incluindo a capital, contemplando 23 escolas.

O Agente de Controle objetiva ensinar aos estudantes como identificar situações irregulares; quando encontradas, como denunciar;

quais os focos de maior desvio do dinheiro público; e o que acontece com os responsáveis.

As escolas interessadas em receber o Agente de Controle podem entrar em contato pelo telefone (85) 3488 1793.



DADOS DO PROGRAMA AGENTE DE CONTROLE

REFERENTES AO ANO DE 2017



23

QUANTIDADE DE ESCOLAS
VISITADAS



5.330

QUANTIDADE DE ESTUDANTES
CONTEMPLADOS



37

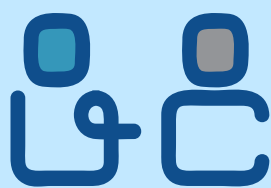
QUANTIDADE DE EVENTOS
(PALESTRAS) REALIZADOS



14

QUANTIDADE DE
MUNICÍPIOS VISITADOS

Equipe: Pedro Henrique Alves Camelo (Coordenador e Palestrante)
Paulo Roberto Sousa Frota (Apoio Técnico)
Alisson Sousa Maciel (Apoio Técnico)



Programa **VISITA GUIADA** ao TCE Ceará chega à 17ª edição

“Só recentemente a sociedade acordou para a necessidade de cada um controlar a elaboração e execução do orçamento público, e a iniciativa dessas visitas entra nesse contexto. São importantes para o Tribunal, pois mostram o que o TCE está fazendo e o que vocês estão fazendo como operadores do Direito e enquanto cidadãos que vão transformar a realidade social onde estão inseridos.” Essa foi a declaração do procurador-geral de Contas do MP junto ao TCE Ceará, Aécio Vasconcelos, na palestra inicial da 17ª edição do projeto Visita Guiada Cidadã, dia 7/11.

Desta vez, o programa abriu as portas da Corte de Contas cearense para que 60 alunos de semestres variados do curso de Direito da Universidade de Fortaleza (Unifor) pudessem conhecer, na prática, a dinâmica de funcionamento do TCE Ceará, bem como as principais atividades exercidas pelo Instituto Plácido Castelo (IPC), Escola de Gestão da Corte, representada pelos diretores Francisco Otávio de Miranda Bezerra e Hilária Barreto.

Os acadêmicos estavam acompanhados da coordenadora do curso de Direito, Juliana Mamede, do assessor da Coordenação, Marcelo Ponte, e da professora Mara Livia Damasceno. “Essa visita permite aos discentes entenderem o funcionamento do



TCE Ceará. Eles têm a possibilidade de vivenciar na prática todo aquele conteúdo teórico que é ministrado em sala de aula, de modo que possam verificar a aplicabilidade desse conhecimento. É uma medida enriquecedora que ela agrega à formação do aluno uma experiência prática”, relata Juliana Mamede.

O presidente da Corte, conselheiro Edilberto Pontes, deu as boas-vindas ao corpo docente a aos alunos, que assistiram parte da sessão plenária no Edifício 5 de Outubro. Para a estudante Kenna Martins, do 8º semestre, a visita foi esclarecedora.

“Conseguí compreender melhor as especificações da atividade diária do TCE”. Vitor Mourão, do 6º semestre, concorda com a colega e acrescenta que a experiência foi “enriquecedora tanto para a formação profissional quanto para a formação cultural”.

De iniciativa do Instituto Plácido Castelo, o projeto Visita Guiada Cidadã é voltado a estudantes universitários e de ensino médio de instituições públicas e privadas que têm a oportunidade de conhecer o Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

TCEduc



PROMOVE EDUCAÇÃO CONTINUADA E CAPACITAÇÕES NOS MUNICÍPIOS CEARENSES

As cidades de Juazeiro do Norte e Iguatu foram as primeiras a receber o Programa TCEduc – Formação e Aprimoramento da Gestão, lançado este ano pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, por meio de sua Escola de Contas, Instituto Plácido Castelo (IPC). O objetivo é promover a educação continuada de gestores e servidores públicos, além da sociedade civil, com o intuito de fomentar o desenvolvimento da gestão pública e incentivar o controle social. Os dois eventos, realizados dias 20 e 22/2, respectivamente, contabilizaram a presença de representantes de 43 municípios, capacitando cerca de 500 gestores e servidores públicos.

A capacitação “Aspectos Relevantes da Licitação sob o enfoque dos Tribunais de Contas” visa ampliar o conhecimento

das equipes de trabalho que atuam nas áreas de compras públicas e de procedimentos licitatórios, apresentando as normas e jurisprudência dos Tribunais de Contas e as boas práticas sobre o tema.

O curso “Qualificação de Gestores Escolares na Aplicação do Recurso Público” objetiva apresentar procedimentos para se realizar licitações e as prestações de contas dos recursos movimentados pela unidade escolar. Durante os treinamentos, feitos com analistas do Tribunal, são apresentados cases das auditorias realizadas pelo controle externo.

Também acontecem visitas do Programa de Agente de Controle a escolas. O objetivo é difundir entre os estudantes a importância da fiscalização dos gastos feitos com dinheiro público. A

Ouvidoria do Tribunal integra o programa do TCEduc, mostrando a importância da utilização dos seus canais de comunicação.

As inscrições para os eventos do TCEduc são realizadas de forma online, no Sistema de Gestão Educacional (Sigid). Todos os cursos são gratuitos e podem ser feitos por moradores dos municípios que sediam o evento e dos circunvizinhos.

De acordo com o Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC), responsável pelo Programa, o TCEduc divide-se em três eixos de atuação: controle social, gestão escolar e gestão pública, cada um enfocando temas referentes às áreas técnicas de maior relevância.



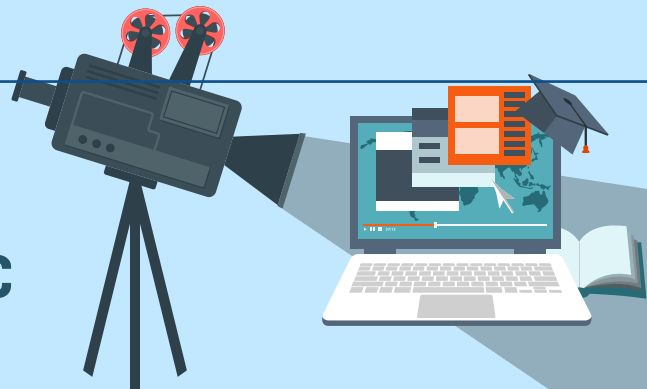
Juazeiro



Iguatu

PRÓXIMOS ENCONTROS

Crateús
Tinguá
Russas
Quixadá
Baturité
Acará
Itapipoca
Eusébio



Escola de Magistratura do Ceará faz parceria com o IPC para gravação de videoaulas

O coordenador-geral da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec), Ângelo Bianco Vettorazzi, realizou visita técnica ao IPC (29/4) com o intuito de conhecer os equipamentos do Instituto. A vinda do magistrado foi motivada pela viabilização do projeto de gravação de videoaulas para juízes e servidores do Tribunal de Justiça, onde serão utilizados os equipamentos disponíveis na Escola de Contas do TCE Ceará. Na ocasião, Ângelo gravou um projeto-piloto de como pretende aproveitar o estúdio.

O Coordenador afirmou que está entusiasmado com a parceria e empolgado com a utilização dos equipamentos para o projeto. "As videoaulas serão disponibilizadas para os juízes e servidores do Tribunal de Justiça, cumprindo a missão da Esmec, de patrocinar a formação continuada de todos os que integram o poder judiciário", destacou.

Para a diretora executiva do IPC e coordenadora-geral das Escolas de Governo do Estado do Ceará, Hilária Barreto, parcerias

como essa reafirmam o objetivo da Rede, de integrar, interagir e otimizar recursos. "A Escola do Tribunal de Contas do Ceará é referência em relação às demais, pela sua estrutura física, além da qualidade do aparelhamento e da instrumentação disponíveis. Já que a Esmec não possui estúdio de gravação, compartilhar o espaço físico do IPC reforça a aproximação entre as Escolas de Governo", ressaltou.

TCE DA PARAÍBA CONHECE SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL DO INSTITUTO PLÁCIDO CASTELO

Representantes do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) estiveram, dia 2/6, em visita ao Instituto Plácido Castelo para conhecer mais sobre o funcionamento do Sistema de Gestão Educacional (Siged) e sobre a Escola de Contas do TCE Ceará.

O objetivo é estabelecer convênio entre as duas instituições, adotando a plataforma para gestão de seus cursos e eventos. Os visitantes tiveram reunião com os dirigentes do IPC e participaram de tour pelas instalações da sede. Os gestores tiveram um treinamento prático sobre o Siged. "Hoje, o



nosso gerenciamento é manual. Tentamos desenvolver um sistema próprio, mas entre isso e seguir um modelo que já está em operação e dando excelentes resultados, como é o caso do Siged, preferimos a segunda opção", relata Fabiana Miranda (TCE-PB).

Este é o sétimo Tribunal de Contas que vem conhecer o Siged, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos em relação ao Sistema. Os TCE's de Minas Gerais, Pará, Paraná, Bahia e os TCMs de Goiás e do Ceará já utilizam o Siged.

IPC APRESENTA RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2016



O Instituto Plácido Castelo apresentou seu Relatório de Gestão referente ao ano de 2016. Na publicação constam as ações e resultados desenvolvidos pelo IPC, que tem o objetivo de promover o desenvolvimento dos servidores da Corte cearense, de seus jurisdicionados, e da sociedade.

Um dos destaques foi a ampliação do programa de visitas guiadas, que contempla estudantes de ensino médio e universitários. Outro passo importante foi o início do curso de Mestrado Profissional em Administração e Controladoria promovido pelo IPC, em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC).

“Esperamos, por meio de nossas ações educacionais, contribuir para que a sociedade cearense seja cada vez mais beneficiada por políticas públicas bem planejadas, efetivas e sustentáveis”, destacou o diretor-presidente do IPC, Alexandre Figueiredo.

INSTITUTO DISPÕE DE ESPAÇOS PARA DEMANDAS EDUCACIONAIS

A Escola de Contas comunica que a sala de estudos/oficina, auditório e laboratório de informática, composto por oito cabines com computador, estão disponíveis para uso, a fim de atender demandas dos servidores do TCE Ceará e dos órgãos jurisdicionados.

Para a utilização dos espaços, é necessário solicitar, através do e-mail ipc@tce.ce.gov.br, à Diretoria do IPC com, no mínimo, dois dias de antecedência. Na emissão do comunicado, deve-se constar: tema, público-alvo, data, hora e os equipamentos necessários.

A diretora executiva do IPC, Hilária Barreto, explicou que a implantação dos serviços favorecem a atuação pedagógica que o Tribunal vem adotando. “Acredito que a Corte está trilhando o caminho certo, que leva ao aprimoramento da governança pública, ao investir em sua Escola de Contas, motivando meios favoráveis à sua atuação.”

SIGED É APRESENTADO AO TCE DE MINAS GERAIS

O Instituto Plácido Castelo realizou (18/4) videoconferência com os gestores e servidores da Escola de Contas do TCE de Minas Gerais. O intuito da reunião foi apresentar as funcionalidades do Sistema de Gestão Educacional, o Siged, para os representantes do órgão mineiro, que pretende adotar a plataforma para gestão de seus cursos e eventos.



SERVIDOR DO TCE RECEBE PRÊMIO POR CLASSIFICAÇÃO MAIS ELEVADA NO MESTRADO EM COIMBRA

“Foi um surpresa e uma felicidade, pois fiz valer o apoio que o Tribunal me deu.” Essa declaração foi feita pelo servidor João Gustavo de Paiva Pessoa, pelo recebimento do Prêmio Escolar António Ribeiro Santos, referente à obtenção da classificação mais elevada no Mestrado em Administração Pública, relativo ao ano letivo 2015/2016, exercido na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em Portugal. A realização do Mestrado foi possível devido ao financiamento da Corte de Contas, através da Resolução 15/2014, que viabilizou os custos do programa e estadia com a manutenção salarial proporcional. O servidor também havia conseguido nota máxima pela conclusão da dissertação *O controle prévio em Portugal e o exame a posteriori no Brasil exercido por Tribunais de Contas* que, além de render ao autor o título de Mestre, continua trazendo benefícios ao longo do tempo. O trabalho continua ganhando destaque em discussões relativas à temática desenvolvida.

Escola de Contas realiza Programa de Aperfeiçoamento em Gestão Financeira Escolar

O Instituto Plácido Castelo concluiu, nos dias 19 e 20/7, os dois últimos módulos de qualificação de gestores escolares em procedimento licitatório nas modalidades “Carta Convite” e “Prestação de Contas”. Os cursos integram o Programa de Aperfeiçoamento em Gestão Financeira Escolar e foi ministrado pelo gerente de Fiscalização de Convênios do TCE Ceará, Rubens César Parente Nogueira.



Até o dia 21 de novembro, os participantes terão acesso ao conteúdo transmitido na especialidade de Ensino a Distância (EaD). Ao todo, foram quatro módulos, sendo os dois primeiros ministrados pelos servidores José Wesmey da Silva (controlador) e Ricardo Dias (Gerência de Avaliação de Políticas Públicas).

A qualificação faz parte do Convênio de Cooperação Técnica e Logística celebrado entre o TCE Ceará, a Seduc e o Centro de Educação a Distância (CED), em 4/4. O convênio foi assinado pelo presidente da Corte, Edilberto Pontes, pelo diretor-presidente do IPC Alexandre Figueiredo e pelo secretário da Educação, Idilvan Alencar.

A estimativa é de que 1.440 diretores e coordenadores de escolas públicas estaduais sejam capacitados na modalidade de ensino presencial e a distância, totalizando 180 horas/aula. O Convênio tem vigência de 24 meses, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, por iguais e sucessivos períodos.

LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Escola de Contas do TCE Ceará promoveu, nos dias 26 e 27 de junho, o curso “Atualização em Licitações e Contratos Administrativos – Análise das Inovações trazidas pela Lei 13.303/16”. A capacitação foi ministrada pelo Procurador Federal, Philippe Magalhães Bezerra. De iniciativa da Companhia de Gás do Ceará (Cegás), o curso teve como objetivo capacitar os participantes acerca dos institutos de licitações e contratos administrativos, trazidos pela nova Lei das Estatais. Participaram da qualificação os servidores da Cegás e do TCE Ceará.

ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) promoveram, dias 20 e 21/6, o evento “Desafios no Campo da Administração Pública: Ensino, Profissionalização e Pesquisa”, no auditório do Centro Cultural da FGV, no Rio de Janeiro. A diretora executiva do Instituto Plácido Castelo, Hilária Barreto, e o secretário executivo, Paulo Alcântara, participaram do encontro, que reuniu dirigentes de Escolas de Governo, pesquisadores, acadêmicos e gestores públicos para discutir temas relacionados à formação para a função pública e à produção acadêmica em Administração Pública, com foco em desafios relacionados ao ensino, aprendizado e à inovação.

EDUCAÇÃO PREVENTIVA

O presidente Edilberto Pontes recebeu, dia 10/5, a visita do procurador-geral da Procuradoria Federal no Ceará e coordenador da Escola Superior da Advocacia-Geral da União no Estado, Roberto Carlos Fernandes de Oliveira. Além de estreitar laços visando a promoção de parcerias entre as duas instituições, reunião visava promover a educação preventiva para os gestores federais na efetiva fiscalização de convênios, contratos e prestação de contas. Roberto Carlos conheceu as principais atividades desenvolvidas pelo Instituto Plácido Castelo. O objetivo do Procurador é melhorar os serviços e estrutura da Escola da AGU. “Vou tomar como parâmetro a estrutura e o regimento usados no IPC. Gostei muito do que vi e aprendi aqui”, destacou.

Gestão de Riscos é tema de workshop

Capacitar para inovar. No dia 1º/6, a Assessoria de Informações Estratégicas promoveu o workshop “Controle Externo por meio da Gestão de Riscos”. A tutoria ficou a cargo do chefe da Assessoria, Alexandre Silva, que iniciou sua explanação enfocando, que desde o ano 2015, essa matriz de risco é adotada na Corte cearense. Para o tutor, “com o uso da tecnologia é possível ter informações que nos possibilitem tomar decisões, que serão assertivas ou não”.

Durante a capacitação, a corrupção foi apontada como a vilã, que sempre existiu, mas que hoje a sociedade está atenta ao seu combate. Alex Silva pontua que é preciso inovar em relação a atuação e não há como



fugir da tecnologia. “Risco não é algo evitável, mas podemos reduzir as chances de insucessos. O uso da tecnologia vai ajudar o Tribunal de Contas do Ceará a desenvolver a atividade a que se propõe”.

Para o presidente Edilberto Pontes, “Gerenciamento de Risco é uma ferramenta muito importante,

já utilizada pelo TCU e na Corte Europeia. Estamos intensificando o uso dessas ferramentas, porque os recursos são escassos, o Estado é grande e o número de servidores não tão grande assim. É preciso otimizar os recursos e ter foco, para que as fiscalizações sejam eficientes e eficazes e os resultados os melhores possíveis”.

DESIGN THINKING PARA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Buscar diversos ângulos e perspectivas para a solução de problemas, priorizando o trabalho colaborativo em equipes multidisciplinares em busca de soluções inovadoras. Esse foi o objetivo do Workshop Project Thinking: Gestão de Projetos de Inovação com Design Thinking. A capacitação foi ministrada pelo gestor e sócio da empresa FrameWork, Eduardo Freire, dias 10 e 11/5, no IPC.

Gestão visual, neurociência aplicada e gestão ágil são conhecimentos que farão com que os participantes desenvolvam a capacidade de concluir os principais objetivos propostos. Lego e post-it foram os materiais didáticos utilizados pelos participantes durante a aplicação das dinâmicas desenvolvidas em grupo.

GERENCIAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE CRISE

Servidores do TCE Ceará e jurisdicionados a esta Corte foram capacitados sobre Gerenciamento de Obras Públicas em Tempos de Crise. O curso aconteceu no dia 26/4, no auditório da Escola de Contas, e teve como tutor Marcel Oliveira Albuquerque, chefe da Gerência de Fiscalização de Desestatização.

A qualificação objetivou contribuir para a melhoria da formação dos setores envolvidos na gestão de obras públicas, permitindo o conhecimento de ferramentas e metodologias para evitar-se a inexecução parcial ou total de obras públicas e paralisações da execução por ocasião do contingenciamento de recursos públicos.

SEMINÁRIO SOBRE CONTROLE SOCIAL

A Escola de Contas do TCE Ceará se fez presente no II Seminário de Capacitação para o Controle Social, dias 28 e 29/3, na Escola do Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

O objetivo do encontro foi debater as temáticas: Transparência Pública; Acesso à Informação; Licitações; Fiscalizações de Obras e Serviços Públicos; e Prestações de Contas.

Participaram a diretora executiva do IPC, Hilária Barreto e, ministrando a palestra “Obras Públicas e o Controle Social”, o analista de Controle Externo, Adolfo Dantas Oliveira, e o assessor do IPC, Pedro Henrique Camelo.

Família do Ministro Raimundo Girão doa obras raras para a Biblioteca do TCE Ceará



“Uma solenidade simples e significativa”, como dito pelo presidente Edilberto Pontes, marcou o início da programação de reinauguração da Biblioteca Ministro Raimundo Girão, dia 23/2.

O espaço, reformado e ampliado, ganhou novo balcão de atendimento, estantes com layout moderno, cabines de estudo individuais, sistemas de iluminação e climatização adequados, sala de processamento técnico e administrativo, e a incorporação do acervo da sede Cambéa. O ganho ainda vai além, a família do historiador e ex-conselheiro, Ministro Raimundo Girão, nome que batiza a Biblioteca do TCE, doou 33 obras raras, em caráter

definitivo e sem ônus. Entre os títulos, uma publicação de 1937 sobre Fiscalização de Gastos Públicos. A entrega foi feita pelos filhos Celne Brasil Girão, Celda Brasil Girão, Celber Brasil Girão, e pelo neto Eurípedes Chaves Júnior, que agradeceu ao Tribunal “por fazer justiça a uma grande figura pública, meu Avô”.

O espaço e as publicações estão disponíveis à sociedade para pesquisa e leitura, de segunda a sexta-feira, das 8 às 17h30, no térreo da Escola de Contas do Tribunal, “nas versões impressa e digital”, como frisou o diretor-presidente do Instituto Plácido Castelo, conselheiro Alexandre Figueiredo.



Manhã literária com “O Mundo de Flora”

A 8ª edição do Café com Leitura: Contos e Encontros foi realizada dia 23/2, no auditório do IPC. O primeiro evento de 2018 teve como palestrante a professora do curso de Letras da Universidade Federal do Ceará (UFC), doutora Angela Gutiérrez, explanando sobre o livro de sua autoria “O Mundo de Flora”. Debateram o tema os anfitriões, conselheiros Edilberto Pontes e Alexandre Figueiredo.



“Safira não é flor” em debate no Café com Leitura

“Me sinto prestigiado por estar aqui e agradeço o convite em nome de todos os literatos cearenses, já que ainda somos condenados ao anonimato. O Café com Leitura é um projeto importante, inclusive para vocês do TCE Ceará, que lidam diariamente com informações técnicas e precisam de algo para colocar em perspectiva seus conhecimentos nos termos humanos.” A declaração foi feita pelo escritor e jornalista Pádua Lopes, diretor superintendente do jornal Diário do Nordeste, convidado para falar sobre seu livro “Safira não é flor”, na sexta edição do Café com Leitura: Contos e Encontros, no IPC.





programa

AGENTE DE CONTROLE

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ



A Escola de Contas do TCE Ceará, por meio do Programa Agente de Controle, visita instituições de ensino médio e superior, apresentando palestras com recursos audiovisuais, divulgando o trabalho desenvolvido pelo Tribunal na fiscalização dos gastos dos recursos públicos e indicando meios para que todo cidadão possa contribuir para o controle social.



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ



INSTITUTO PLÁCIDO CASTELO

MAIS DE 200 PRESENTES PARA A CAMPANHA PAPAI NOEL DOS CORREIOS



Do papel para a realidade. As crianças que estudam nas escolas públicas Santa Terezinha e Dom Helder Câmara, em Fortaleza, terão um Natal 2017 ainda mais feliz. É que o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, representado pelo presidente da Corte, conselheiro Edilberto Pontes, entregou, dia 7/12, mais de 200 presentes ao Papai Noel.

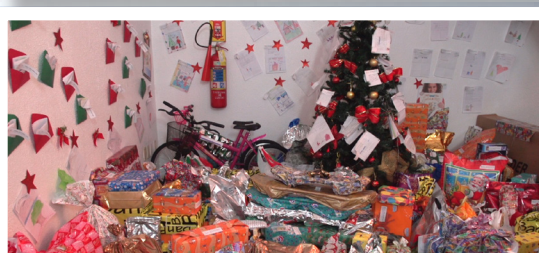
São bonecas, carrinhos, bicicletas, patins, tênis de rodinhas, artigos esportivos e muito sorriso de gratidão a todos que contribuíram com a realização de sonhos. Ao todo, foram apadrinhadas 132 cartinhas no TCE sede Centro, 66 na sede Cambeba e 44 pessoas que se reuniram para doar uma cadeira de rodas ao pequeno Daniel, portador de necessidades

especiais e estavam usando cadeira inadequada ao seu tamanho.

Para o assessor de Comunicação da Superintendência Estadual dos Correios e Telégrafos, Ricardo Sérgio Moreira, mais gratificante do que receber os presentes é a entrega às crianças. O servidor se disse emocionado pela ação da Corte. "A cada ano o desafio aumenta, porque as empresas e instituições estão criando suas próprias ações. Estes são os primeiros presentes que estamos recebendo em 2017. As crianças depositam nas cartinhas um sonho que os pais não podem realizar, pela falta de condições financeiras. A ação visa ainda incentivar a escrita, já que a era digital não possibilita a escrita à mão. Agradecemos ao TCE pela

iniciativa que, com certeza, se renovará a cada ano".

Felicidade para quem recebe e um coração cheio de emoção de quem doa. "Dá uma alegria enorme para todos nós, participantes, ver crianças felizes, colaborar para um natal melhor. Isso deve ser o espírito de todo dia, mas principalmente em final de ano, momento de refletirmos, de sermos mais solidários, devemos cultivar ações louváveis como essa, dos Correios. Que bom que todos os servidores e colaboradores que fazem o Tribunal de Contas puderam contribuir como instituição e como pessoas", destacou o presidente Edilberto Pontes, ao lado do vice-presidente da Corte, conselheiro Rholden Queiroz.



EM PAUTA



Biblioteca Digital Fórum

A Biblioteca Ministro Raimundo Girão informa que já estão disponíveis a 4ª e 5ª Séries da Biblioteca Digital Fórum (BID). São mais de 200 títulos que reúnem ampla doutrina e jurisprudência selecionadas, das diversas áreas do direito, com foco no Controle Externo. As obras referem-se a estudos desenvolvidos por renomados autores, nacionais e internacionais, publicadas com exclusividade pela Editora Fórum.

Vozes da Corte no “Cantares”

O Vozes da Corte, do TCE Ceará, foi um dos coros que participaram da mais recente edição do “Cantares – Mostra de Corais do Theatro José de Alencar (TJA)”. O evento, promovido pela Secretaria de Cultura do Estado, aconteceu dia 14/12. É a primeira vez que o coral desta Corte, formado por servidores e colaboradores do TCE, se apresenta no evento.

Pareceres Jurídicos

A Procuradoria Jurídica do TCE Ceará disponibilizou no portal institucional Pareceres Jurídicos relacionados ao Direito de Pessoal (Volume I) e Licitações e Contratos (Volume II). As edições reúnem uma seleção de pareceres proferidos em sede de processos administrativos que tramitaram no Tribunal. As obras auxiliarão o leitor a lidar com as dificuldades inerentes à aplicação de normas jurídicas.

Software de inteligência

A Secretaria de Tecnologia da Informação capacitou mais oito turmas de analistas de Controle Externo para a fiscalização da execução orçamentária do Governo do Estado utilizando nova ferramenta de análise de dados, a Saiku Analytics. O objetivo da ação é simplificar e agilizar a verificação de informações constantes do Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR), mantido pelo Executivo estadual.

Comunicação em números

Um balanço com dados sobre o contato entre o TCE Ceará e as principais mídias cearenses em 2017, nas diferentes esferas, sejam impressas, eletrônicas e online, foi entregue pela Assessoria de Comunicação Social à Presidência da Corte de Contas. O Relatório de Mídia aponta os assuntos mais destacados na imprensa em cada mês, com informações evidenciadas em forma de textos e gráficos.

Doação de Sangue e Medula

O TCE Ceará realizou em novembro sua 10ª Campanha de Doação de Sangue e Cadastro de Medula Óssea, coordenada pela Cosismat, com o apoio do Hemoce. Segundo a enfermeira Natália Carvalho Pinheiro, a doação destina-se a pessoas debilitadas e pacientes em estado grave. As campanhas, que acontecem desde 2012, renderam ao Tribunal a certificação “Selo Empresa Cidadã, em novembro de 2014.

“Ser de Espírito”

Lançado em 27/7 o CD “Ser de Espírito”, do servidor do TCE, João Bosco Nogueira. Intercalando trechos de quatro faixas e boa conversa, João Bosco cantou e encantou, explicou sobre suas inspirações ao compor, destacando músicas em parcerias importantes. O disco é composto por 16 canções: 2 em parceria e 14 de autoria exclusiva.

Em cantos do Ceará

foi o tema da V Mostra de Talentos - Fotografia - do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, realizada no segundo semestre de 2016. As belas imagens feitas pelos servidores, colaboradores e estagiários do TCE Ceará também são destaque nas publicações da Corte.



Foto: Aprígio Cavalcante



Foto: Claudenir Vitalina

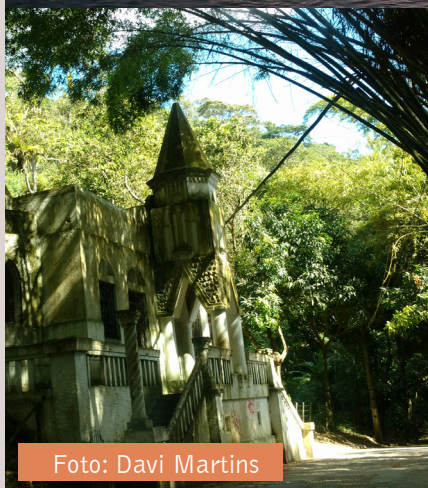


Foto: Davi Martins



Foto: Fabiano Cunha



Foto: Reuben Bezerra



Foto: Luciana Barbosa

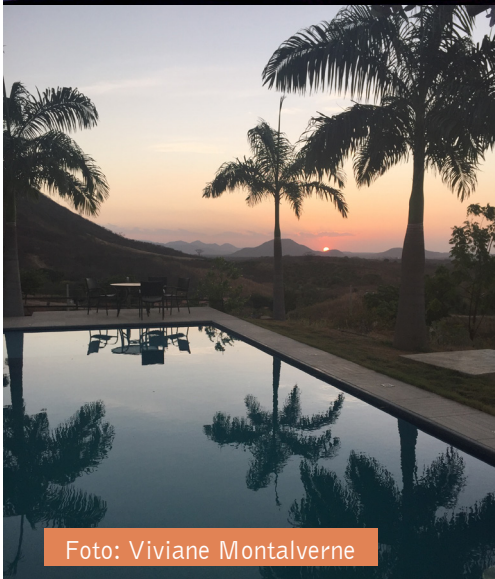


Foto: Viviane Montalverne



Foto: Ivone Fedel

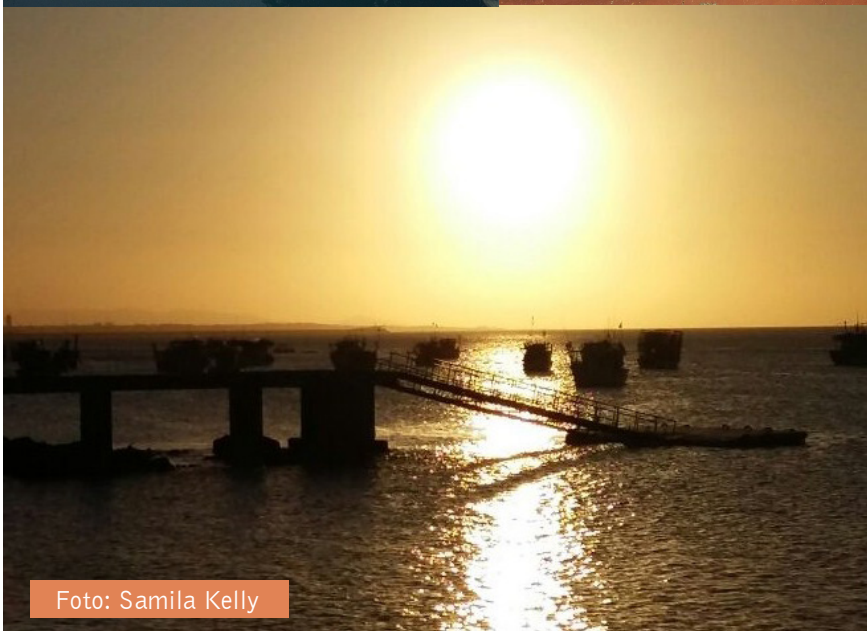


Foto: Samila Kelly



Foto: Daniel Cavalcante

calendário de obrigações MUNICIPAIS

ACESSE AQUI - <https://goo.gl/khq6DS>

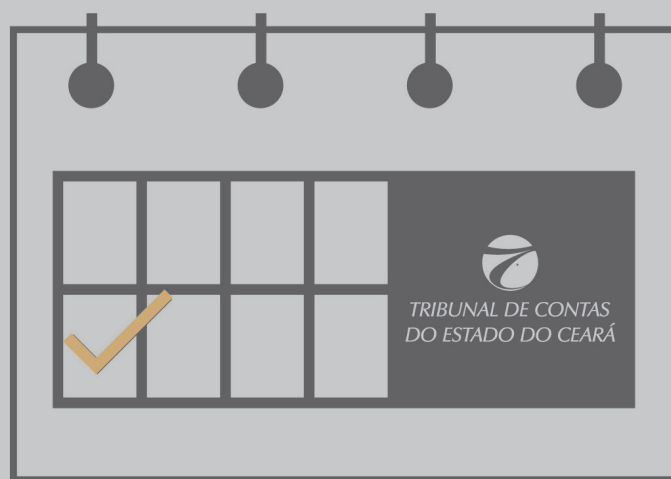
acompanhe o
PRAZO
do envio das
**PRESTAÇÕES
DE CONTAS**

MAIS INFORMAÇÕES:

@ ouvidoria@tce.ce.gov.br

0800 079 6666

tce.ce.gov.br



Prefeituras e Câmaras Municipais devem enviar ao TCE Ceará, através do Sistema de Informações Municipais (SIM), as prestações de contas, que incluem os balancetes demonstrativos e da respectiva documentação comprobatória das receitas, despesas e créditos adicionais, bem como o número de todos os processos licitatórios realizados.

 TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ



Seu canal, sua cidadania.



0800 079 6666



(85) 3212-2222



tce.ce.gov.br



Rua Sena Madureira, 1047
Centro – Fortaleza – CE
CEP 60055-080



ouvidoria@tce.ce.gov.br

TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO
AO CIDADÃO ONDE ELE ESTIVER.



Siga nosso instagram
@tceceara

